

cescontexto

Risco, Cidadania e Estado num Mundo Globalizado

José Manuel de Oliveira Mendes (Coordenador)

Alexandra Aragão

Pedro Araújo

Márcio Nobre

Nº 03

Dezembro 2013

Estudos

www.ces.uc.pt/cescontexto



As ondas de calor de 2003 em França e Portugal

José Manuel Mendes¹

Nota prévia

No Verão de 2003 houve, na população europeia, uma sobremortalidade de mais de 70.000 óbitos devido às ondas de calor — a chamada onda de calor (Robine *et al.*, 2008).² Não obstante quase todos os países da Europa terem sido afectados pelo fenómeno, o grande impacto demográfico das ondas de calor centrou-se na bacia do Mediterrâneo e no Luxemburgo. Com efeito, em agosto de 2003 a sobremortalidade foi de cerca de 37% no caso da França, 28% em Portugal, 25% no Luxemburgo, 23% em Espanha e 22% em Itália (Robine *et al.*, 2007). Em números absolutos e no que se refere ao mesmo mês, registaram-se 15.630 óbitos a mais em França, 2.310 em Portugal, 5.290 em Espanha e 5.680 em Itália (Sardon, 2006).

Após este parágrafo introdutório, gostaríamos de invocar as declarações que Edmund Donoghue, autoridade de saúde de Cook County, Illinois, e responsável pela polémica respeitante à onda de calor de Chicago de 1995³, fez ao *New York Times* a propósito da provável mortalidade e do acréscimo de óbitos ocorridos em resultado do calor na cidade de Nova Iorque no Verão de 2006 (Pérez-Peña, 2006). Para Donoghue, não é às pessoas gravemente doentes e na iminência de morrer que se deve esse excesso de óbitos. “Na sua maioria, não se trata de pessoas que, no futuro imediato, estivessem verdadeiramente em risco de morrer”.⁴

É possível, em conformidade com a posição defendida por Edmund Donoghue, estabelecer um critério que nos sirva de referência técnica, moral e política. Segundo este critério, todos os óbitos a mais atribuíveis ao calor são evitáveis, devendo fixar-se este limite como indicador da qualidade dos vínculos sociais, da responsabilidade política e de uma cidadania inclusiva.

Propomo-nos, neste capítulo, apresentar uma análise comparativa dos acontecimentos ocorridos em 2003 em França e em Portugal, bem como do respectivo impacto no rearranjo dos dispositivos sociotécnicos. A principal conclusão é que, em França, a sobremortalidade foi percebida e retratada como sendo uma catástrofe e conduziu a uma série de inquéritos oficiais levados a cabo por organismos da administração central e pelos organismos políticos representativos, de que resultou um rearranjo profundo dos dispositivos sociotécnicos e sociopolíticos. Naquele país, a onda de calor levou à reconfiguração, redistribuição e reformatação do colectivo (Callon e Rabeharisoa, 2003). Em Portugal, por outro lado, a onda

¹ José Manuel Mendes é doutorado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde exerce as funções de Professor Auxiliar. Investigador do Centro de Estudos Sociais, tem trabalhado nas áreas das desigualdades, mobilidade social, movimentos sociais e ação colectiva e, mais recentemente, nas questões relacionadas com o risco e a vulnerabilidade social.

² A etimologia do termo canícula vem da palavra latina *canicula*, diminutivo feminino de *canis*. No registo popular e rural das línguas europeias, a canícula era o período mais quente do ano, entre 22 de julho e 23 de agosto, altura em que a estrela Sírius, da constelação do Cão maior, nasce e se põe ao mesmo tempo que o Sol.

³ Donoghue é co-autor de um artigo pioneiro que estabeleceu as bases da análise epidemiológica da mortalidade devida ao calor e propôs protocolos para determinar a morte por insolação (Whitman *et al.*, 1997).

⁴ Semenza *et al.* (2006) também sustentam que é possível, através de medidas preventivas, reduzir grandemente a morbilidade e a mortalidade relacionadas com o calor.

de calor teve um impacto reduzido sobre os dispositivos sociotécnicos, e no plano político não passou de um epifenómeno sem consequências de maior.

Em França, os acontecimentos foram perspectivados em termos de catástrofe e o regresso à ordem foi encarado como sendo uma tarefa política, epistémica e sociotecnológica. A dimensão política foi expressa pelos relatórios oficiais (Senado, Assembleia Nacional, etc.); a dimensão epistémica foi postulada pelos cientistas (epidemiologistas, meteorologistas); e a dimensão sociotecnológica esteve presente nos novos dispositivos e protocolos de saúde pública e na criação de leis e regulamentos relacionados com a prestação de cuidados a idosos.

A produção da nova distribuição social, do novo alinhamento sociotécnico, foi tornada possível sem que a sociedade civil estivesse directamente implicada (quer dizer, sem a intervenção de movimentos sociais nem a ocorrência de queixas formais por parte dos familiares das vítimas). Tratou-se de uma produção endógena dos campos políticos, científicos e técnicos, que se alteraram por forma a ajustar-se aos desafios colocados pelo clima e pelas ondas de calor, de maneira a responder às críticas dos *media* e às sondagens de opinião pública desfavoráveis ao governo.

Em Portugal, a onda de calor de 2003 não foi vista como uma calamidade, nem levou a que se procedesse a grandes alterações na matriz jurídico-institucional. A maior parte das alterações verificadas — como por exemplo a introdução, no ano de 2004, de planos de contingência para ondas de calor — deveu-se às recomendações e protocolos de agências internacionais como a Organização Mundial de Saúde.

O objectivo deste capítulo é o de propor, por via comparativa, uma compreensão das tecnologias materiais e sociais — tecnologias que são articuladas em rede, distribuídas, incorporadas em protocolos e em práticas e materialidades sociais — respeitantes às ondas de calor enquanto questão de saúde pública. A existência de protocolos não basta para impedir os óbitos causados pelas ondas de calor. E neste ponto assume-se que aquilo que se oferece não é uma análise puramente simétrica como a proposta por John Law (2003), já que se impõe explicar o porquê de Portugal, que desde 1999 dispõe de um dispositivo de vigilância e de alerta para ondas de calor (o índice Ícaro) e de planos de prevenção, ter registado 2.000 óbitos em 2003 e ainda 1.200 em 2006.

O recurso à análise comparativa está em sintonia com Sheila Jasanoff (2005: 15) quando esta afirma que, pelo facto de o conhecimento e as políticas serem sempre alicerçados na cultura, há que manter algum cepticismo quanto à possibilidade de não ser problemática a aprendizagem com as experiências alheias. Para esta autora, a análise comparativa faz-se em torno do conceito de cultura política, de maneira a investigar as ligações existentes entre as tecnologias, o conhecimento e o poder no contexto de culturas de decisão e de acção concretas. Dito de outro modo: “Esta abordagem lança luz sobre o modo como a cultura política se reflecte nas discussões e nas decisões de incidência tecnológica, mormente o modo como ela afecta a produção de conhecimento público, constituindo aquilo a que chamo as epistemologias cívicas dos modernos Estados-nação” (2005: 15).⁵

⁵ Na sua análise do papel dos intelectuais na Europa, Wolf Lepenies propõe a noção de semântica das catástrofes (2007: 24-25). Para este autor, todas as catástrofes se inscrevem em esquemas linguísticos e esquemas de memória tradicionais e concretos. Assim, e por exemplo, a onda de calor sentida em França no ano de 2003 foi comumente apelidada, nas referências escritas, de “la canicule”, expressão com conotações específicas nas dimensões simbólicas do uso da língua. A palavra portuguesa “canícula” regista uma utilização rara ou nula em todos os documentos relacionados com a onda de calor de 2003.

Embora se subscreva parcialmente a perspectiva de Jasanoff, julgamos que, na análise comparativa, será útil recorrer à noção de performance proposta por Michel Callon (2006a). Segundo Callon, “[...] transpor uma afirmação teórica de um ponto para outro e aplicá-la na prática exige a intervenção de novos actores que contribuam para (ou contrariem) a actualização dos *dispositivos* sociotécnicos implícitos na afirmação. Só é possível, criar, testar, pôr à prova e explorar estes *dispositivos* sociotécnicos se, para isso, se mobilizarem os engenheiros e os práticos” (2006: 29). É por esse motivo que “quem inova são os colectivos” (*Idem*, 31).

Isto obriga a recorrer a uma nova noção e a uma nova visão do social enquanto associações ou filiações que implicam organismos, instituições, dispositivos e compromissos morais e políticos (Latour, 2005a). De facto, segundo Latour (2007: 6), “a durabilidade das associações deve-se à maneira como as leis e as técnicas se interligam. Não é por serem sociais que elas duram, mas porque o colectivo depende, em parte, dos meios legais e técnicos para formar uma esfera duradoura. De certo modo não admira que assim seja (pelo menos de acordo com a Teoria do Actor-Rede (TAR), visto que a sociedade, ou melhor, o colectivo, é consequência — e não a causa — da totalidade dos diferentes tipos de associação”.⁶

1. A onda de calor de 2003 em França

Em agosto de 2003, as pessoas envolvidas e as entidades por elas representadas confrontaram-se com um fenómeno — a onda de calor e o seu impacto na saúde pública — que não se encontrava padronizado nem normalizado de acordo com dispositivos e protocolos sociotécnicos. Ao contrário de outros países, a sociedade francesa, e principalmente os respetivo organismos centrais, como sejam o *Institut de Veille Sanitaire* (Instituto Francês para a Vigilância da Saúde Pública) e a *Direction Générale de la Santé* (Direcção-Geral de Saúde) não tinham considerado as ondas de calor e a consequente sobremortalidade como uma sua preocupação (Latour, 2005b), nem como dispositivo, nem como facto social. Tratava-se, em suma, de uma patologia para a qual a sociedade francesa no seu todo não dispunha de protocolos sociais, médicos ou técnicos.⁷

Em França, na canícula do Verão de 2003, a taxa de mortalidade começou a subir no dia 4 de agosto para atingir o seu ponto mais alto no dia 12 do mesmo mês, com uma taxa de sobremortalidade de 163%. Após o dia 12 de agosto a taxa começou a descer, passando a flutuar dentro das margens normais a partir do dia 19 (INSERM, 2004: 21).

Devido ao impacto que teve na saúde, a onda de calor de 2003 envolveu um elevado número de entidades e de dispositivos a diversos níveis, em França mas, muito particularmente, em Paris. É possível distinguir quatro níveis de intervenção: a monitorização, alerta e prevenção; um segundo nível que tem a ver com o quadro epidemiológico, médico e de saúde pública; a organização dos cuidados prestados a idosos; e um quarto nível respeitante às agências e instituições que têm a seu cargo lidar com os cadáveres e os funerais.

⁶ O melhor estudo sobre o que a lei faz na prática e sobre a sua positividade e lógica interna continua a ser o trabalho de Marcela Iacub (2002). Para o caso concreto do Conseil d’État (Conselho de Estado), a referência é o estudo de Bruno Latour (2002).

⁷ Os relatórios político-administrativos produzidos acerca da canícula fazem, de facto, referência a fenómenos anteriormente ocorridos em França, nomeadamente em 1976 e 1983. Existiam já, igualmente, artigos científicos sobre as dinâmicas epidemiológicas e médicas das ondas de calor (Besancenot, 2002; Thirion *et al.*, 1992). A 12 de julho de 2002 e a 27 de maio de 2003 o Secretário de Estado para a População Idosa, Hubert Falco, enviara para a Direction Départementale des Affaires Sanitaires et Sociales (Direcção Departamental dos Assuntos Sanitários e Sociais) notas oficiais a alertar para a necessidade de medidas de prevenção específicas para os idosos, na eventualidade de uma onda de calor.

No que se refere ao primeiro nível, as principais entidades envolvidas foram a *Météo-France* (Instituto de Meteorologia francês), o Instituto Francês para a Vigilância da Saúde Pública e a *Agence Française de Sécurité Sanitaire de l'Environnement et du Travail* (Agência Francesa de Segurança Sanitária Ambiental e do Trabalho).⁸

No segundo nível, a principal entidade envolvida foi a Direção-Geral de Saúde, que faz a articulação com os hospitais, e, no caso de Paris, com a *Assistance Publique-Hôpitaux de Paris* (Assistência Pública-Hospitais de Paris), a *Direction de l'Hospitalisation et de l'Organisation des Soins* (Direção da Hospitalização e da Organização dos Cuidados), as urgências hospitalares (*Services d'Accueil des Urgences des Hôpitaux*), e ainda a *Direction Générale des Affaires Sociales* (Direção-Geral dos Assuntos Sociais) e as respectivas divisões regionais e departamentais. Outras entidades envolvidas foram os médicos SOS, o *Service d'Aide Médicale Urgente* (Serviços de Auxílio Médico Urgente), o *Service Mobile d'Urgence et de Réanimation* (Serviço Móvel de Urgência e de Reanimação), as chefias da polícia, a polícia e os bombeiros — no caso de Paris, a *Brigade des Sapeurs-Pompiers de Paris* (Brigada de Sapadores-Bombeiros de Paris) — e, no respeitante à proteção civil, o *Centre Opérationnel de Gestion Interministérielle des Crises* (Centro Operacional de Gestão Interministerial de Crises).

Um terceiro nível, intimamente relacionado com o segundo, diz respeito às entidades de prestação de cuidados a idosos, que inclui os proprietários, gerentes e pessoal dos lares, o pessoal que presta cuidados ao domicílio, os próprios idosos a residir em casa própria e os seus familiares, e ainda a *Inspection Générale des Affaires Sociales* (Inspeção Geral dos Assuntos Sociais).

Um quarto nível, que se tornou visível e se revelou simbolicamente relevante para os acontecimentos em análise, foi o das entidades e agentes responsáveis por lidar com os cadáveres e os funerais: as *Pompes Funèbres Générales* (agência funerária de importância e implementação nacional), a polícia, os bombeiros, as funerárias locais e as câmaras municipais.

Esta enumeração reconstitui a complexidade dos dispositivos sociotécnicos (Callon, 2003; 2006a) relacionados com a onda de calor de 2003, bem como os colectivos de pessoas, as instituições, os dispositivos técnicos, os protocolos e as práticas de que se rodeou. Essa multiplicidade de agentes e actantes articulou-se numa rede distribuída em torno dos seguintes dispositivos principais: dispositivos meteorológicos, epidemiológicos, médicos, políticos, dispositivos relacionados com os meios de comunicação de massa, sistemas de prestação de cuidados, de assistência social, de emergência e socorro, meios hospitalares, centros de saúde, recursos funerários e dispositivos legislativos. Na ausência de um plano geral para fazer face ao calor, tal como o já existente para as condições de frio extremo⁹, e dada a falta de um vocabulário e de uma gramática próprios para enfrentar o fenómeno, aqueles elementos forjaram uma rede de conexões lassas, cujos constituintes funcionaram em paralelo e de um modo desconjuntado.

Não obstante a *Météo-France* ter, em 19 de junho e em 1 e 7 de agosto de 2003, emitido alertas de calor e também recomendações de natureza preventiva e sanitária, estes não tiveram grande eco junto dos meios de comunicação social, do público, ou das instituições oficiais

⁸ Aquando da canícula de 2003, a AFSSET, criada em 2002, apresentava carências de pessoal, não tendo desempenhado qualquer papel nos acontecimentos (Abenheim, 2003: 74).

⁹ O *Plan Grand Froid* (Plano para o Frio Extremo) teve início em 2001. Contando com a participação da *Météo France*, o plano, em vigor desde 2002, consiste na elaboração de quadros meteorológicos que cruzam a temperatura com factores como a velocidade do vento e o wind chill, permitindo a emissão de alertas ao nível dos departamentos. Existem três níveis de alerta (mobilização de Inverno, muito frio e frio extremo), correspondendo a cada nível o accionamento de um protocolo envolvendo um grande número de entidades. Os planos são elaborados e aplicados pelas prefeituras.

responsáveis. Esses alertas foram lançados sob a forma de boletins informativos, não tendo portanto nada a ver com o sistema de avisos já utilizado no caso das ondas de frio.¹⁰ No que toca às ondas de calor, a *Météo-France* não dispunha de índices de alerta padronizados nem de qualquer esquema de coordenação com as instituições de vigilância e saúde pública.¹¹ A inexistência de um Plano de Contingência para o Calor semelhante ao Plano para o Frio Extremo, devidamente codificado e acompanhado dos respetivo protocolos, tornou difícil enquadrar a onda de calor de 2003 como uma questão de saúde pública.

O Instituto Francês para a Vigilância da Saúde Pública (InVS) também não tinha grande experiência de recolha de dados nem de estudos epidemiológicos sobre o impacto das ondas de calor. Nas declarações prestadas no âmbito do relatório informativo apresentado à Assembleia Nacional, o director Gilles Brücker reconheceria que "[...] os riscos climáticos não tinham sido inscritos no contrato de objectivos e meios em vigor; foi uma questão com a qual os poderes instituídos não se preocuparam minimamente" (2003: 14). Em muitos dos relatórios e das análises subsequentes, a instituição internacional de referência mais vezes mencionada seria o *Center for Disease Control and Prevention* (Centro para o Controlo e a Prevenção de Doenças), dos EUA, com os seus estudos epidemiológicos e o seu conhecimento técnico das ondas de calor.¹² O relatório Lalande (2003) dá do Instituto Francês para a Vigilância da Saúde Pública uma imagem desoladora e é muito crítico do seu desempenho durante a onda de calor, acusando a instituição de ser mais um organismo de observação e de análise pós-evento do que, propriamente, um organismo operacional.

A inexistência de protocolos de vigilância e prevenção também se fez sentir no terreno e no plano operacional. A invisibilidade dos mortos da onda de calor contrastou com a visibilidade que costuma caracterizar as vítimas das ondas de frio, já que estas afectam sobretudo os sem-abrigo.¹³ Como afirmou o prefeito da polícia de Paris, no âmbito do inquérito levado a cabo pela comissão da Assembleia Nacional, após os acontecimentos de agosto de 2003 sentiu-se obrigado a pôr em prática um plano para as ondas de calor análogo ao usado no caso das ondas de frio extremo.¹⁴

¹⁰ Segundo os critérios do índice de duração das ondas de calor seguidos pela Organização Meteorológica Mundial, verifica-se uma onda de calor quando, num intervalo de pelo menos seis dias, a temperatura máxima diária é 5°C superior ao valor médio diário do período de referência (WCDMP-No.47, WMO-TD No. 1071). A presente definição vale apenas para a variabilidade climática, não se aplicando às avaliações do impacto na saúde pública.

¹¹ A referência internacional, neste caso, é o Índice de Calor do Serviço Meteorológico Nacional (National Weather Service), dos EUA, o qual associa o calor à humidade. O referido Serviço desenvolveu, para a maioria das cidades norte-americanas, Sistemas de Vigilância e Aviso Relativos ao Calor e à Saúde. O relatório Lalande (2003) invoca o caso americano como um exemplo da aplicação da meteorologia a medidas sanitárias. O relatório-inquérito da Assembleia Nacional (2004: 56) menciona o trabalho anteriormente feito pelo Conseil Supérieur de Météorologie (Conselho Superior de Meteorologia) na área da biometeorologia. Finalmente, o relatório do Senado (2004) exige explicitamente que se adapte a comunicação meteorológica aos diferentes públicos. No seu livro sobre a canícula de 2003, Lucien Abenhaim, antigo responsável máximo da Direção-Geral de Saúde — que se demitiu em agosto desse ano —, afirmava que os níveis de alerta meteorológico da *Météo France* não se encontravam adaptados à realidade francesa, uma vez que eram baseados nas tabelas e nos valores americanos (2003: 75).

¹² Com efeito, um especialista do Centro para o Controlo e a Prevenção de Doenças, Michael A. McGeehin, deslocar-se-ia posteriormente a Paris com a finalidade de aconselhar o Instituto Francês para a Vigilância da Saúde Pública e as autoridades francesas sobre a onda de calor. As suas propostas foram: a necessidade de ter um plano de prevenção; visitas diárias aos idosos durante a onda de calor; e o respectivo transporte para zonas frescas, como bibliotecas públicas e supermercados (Le Figaro, 30 de agosto de 2003).

¹³ Este facto contrasta com as declarações de Patrick Pelloux, dirigente máximo da Association des Médecins Urgentistes Hospitaliers de France (Associação de Médicos de Urgências Hospitalares de França) perante a comissão de inquérito: “As vítimas não eram só idosos? Não, os primeiros a morrer foram pessoas sem-abrigo; foi-lhe muito difícil abrigar-se do calor, além de que o alcoolismo crónico não facilitou a reidratação. Daí que tenham morrido jovens sem-abrigo e que o recorde de hipertermia, cifrado em mais de 43,75 graus, tenha sido registado num desses jovens” (Assemblée Nationale, 2004, Tomo II: 221).

¹⁴ É aos serviços municipais que, por norma, compete elaborar a lista das pessoas a acompanhar durante as ondas de frio (Assemblée Nationale, 2004, II: 58). O general Jacques Debarnot, comandante da Brigada de Sapadores-Bombeiros de Paris

Perante as mortes causadas pelo calor, os bombeiros receberam do prefeito ordens no sentido de transmitir ao público e aos meios de comunicação uma mensagem tranquilizadora, de resto uma conduta habitualmente recomendada pela grande parte da bibliografia especializada sobre calamidades¹⁵, e que visa não apenas controlar o receado pânico generalizado mas também limitar os possíveis danos políticos.¹⁶

Onde primeiro se fez sentir a efectividade da crise e houve uma clara percepção da extraordinária sequência de eventos ocorridos entre 4 e 12 de agosto, foi nos hospitais, na assistência médica prestada ao domicílio e em lares de idosos, e ainda nos serviços de remoção de cadáveres (a cargo dos bombeiros profissionais, da polícia e das agências funerárias). Nas importantes declarações que prestou perante a comissão de inquérito, um destacado médico dos Serviços de Auxílio Médico Urgente, Pierre Carli, afirmou que numa reunião de trabalho realizada a 5 de agosto se verificou existir um défice de camas (Assemblée Nationale, 2004, Tomo II: 261). Após o dia 7 de agosto, na sequência de uma intervenção de uma equipa dos Serviços de Auxílio Médico Urgente motivada por um jovem com hipertermia, deu-se conta do tipo de patologia em presença. Segundo as suas palavras:

“Foi, pois, nessa tarde de Sexta-feira dia 8 de agosto que nos começámos a interessar pelo assunto. Eu tento compreender o que se passa mas, honestamente, o golpe de calor em pessoas idosas e em contexto urbano era um cenário com o qual nunca me tinha deparado. Apesar de ser professor de anestesia e reanimação, exerço medicina de emergência e medicina de catástrofe, mas o «golpe de calor» não é, para mim, um assunto clássico. Tinha dele uma vaga noção, sabia que já tinha acontecido nos Estados Unidos e noutras cidades, mas não é um tema habitualmente ensinado em Paris” (Assemblée Nationale, 2004, Tomo II: 262).

Pierre Carli daria então início a uma busca frenética, na internet, de artigos relacionados com o golpe de calor, chegando a contactar pessoalmente a Météo France para obter previsões meteorológicas, contactando colegas e outros serviços. Numa importante conversa que teve com colegas dos Serviços de Auxílio Médico Urgente de Marselha e Montpellier, descobre quais os protocolos simples que há que seguir:

“Telefonei no Sábado aos meus colegas da província, e nomeadamente aos Serviços de Auxílio Médico Urgente de Marselha e de Montpellier, onde o calor é intenso, para lhes perguntar como costumavam reagir a este tipo de calor. Responderam-me muito claramente que, para gerar frio, é preciso ventoinhas, cubos de gelo, e água, para assim criar uma unidade de ar condicionado usando roupa húmida. Trata-se de um processo bem conhecido nos países quentes; bastava, agora, reproduzi-lo para os doentes vítimas de hipertermia. Transmitimos de imediato essa informação e pusemo-la em prática sempre que possível. Tínhamos aparelhos

na altura dos acontecimentos, afirmou à comissão de inquérito que não havia, no *software* operacional dos bombeiros profissionais, nenhum código próprio para as ondas de calor, pelo que a avaliação das situações que iam surgindo foi puramente empírica.

¹⁵ Para uma excelente apresentação e crítica da abordagem por limitação do pânico, veja-se o artigo de Lee Clarke (2004). Numa obra posterior, o autor, avança as suas propostas teóricas para a análise de casos extremos de catástrofes e grandes acidentes (Clarke, 2005).

¹⁶ Nas declarações que prestou à comissão de inquérito, o comandante Jacques Kerdoncuff, antigo porta-voz da Brigada de Sapadores-Bombeiros de Paris, relata uma conversa entre um coronel da brigada e o prefeito: “«Sr. Prefeito, saiba que, quando um sem-abrigo morre no Inverno, se diz que é por causa do frio. Hoje, já vamos em 7 mortos por causa do calor. Quando morre um sem-abrigo, o assunto é nacional; pode ter sido esse o caso também, hoje.» Ao que o prefeito respondeu: «Sim, mas o senhor não pode ter a certeza de que foi do calor que estas pessoas morreram». O coronel aquiesceu” (Assemblée Nationale, 2004, Tomo II: 45). Muitos dos membros dos partidos da oposição (socialistas e comunistas) que faziam parte das comissões de informação e de inquérito da Assembleia Nacional lamentaram a ausência, nas audições, do então Ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, por assim não o poderem confrontar com as alegadas pressões no sentido da não difusão de dados que pudessem alertar o público quanto aos óbitos provocados pela onda de calor. Do mesmo modo, a comissão do Senado inicia o respectivo relatório com palavras duras para o “discurso formatado” dos chefes da polícia e da hierarquia dos bombeiros profissionais parisienses a respeito dessas alegadas instruções.

de ar condicionado? Não! Mas tínhamos ventoinhas e, nalguns hospitais, nesse domingo, foi uma autêntica caça às ventoinhas: o pessoal da Hospital da Pitié Salpêtrière [Paris] tinha ido buscar as ventoinhas da administração! Faltava-nos equipamento médico? Não. Dispúnhamos de lotes de perfusão de que até hoje nunca nos servimos. Mas é bem verdade que improvisámos a produção de frio” (Assemblée Nationale, 2004, Tomo II: 272).

Este extracto ilustra bem o papel da experiência e do saber informal e tácito na prática médica, bem como a importância que os protocolos em vigor têm para os médicos nas situações em que ocorre um grande número de vítimas ou uma crise de saúde pública.¹⁷

Apesar de, no seu depoimento, afirmar claramente que teve como principal preocupação melhorar os protocolos de cuidados aos idosos afectados pelos golpes de calor e transmiti-los às unidades de saúde e de emergência, e que a sua missão não era emitir alertas, a verdade é que Pierre Carli, levado por um sentimento pessoal de dever cívico, contactou o pessoal da proteção civil de Paris,¹⁸ convidando-o para uma reunião oficial, uma vez que sentia que os acontecimentos estavam a extravasar o mero quadro médico e a assumir proporções «epidémicas», que se estava perante, como veremos, uma «nova epidemia».

A noção de que se estava perante uma crise de saúde pública foi, posteriormente, reforçada pela presença de voluntários da Cruz Vermelha nos hospitais e pela disponibilização de camas para civis em hospitais militares.

Os procedimentos técnico-burocráticos em vigor para lidar com os cadáveres também foram profundamente afectados pela onda de calor. O elevado número de óbitos, as circunstâncias dessas mortes, com os corpos a ser encontrados só alguns dias após o falecimento, a dificuldade em identificar os cadáveres, os esforços para encontrar os familiares, tudo isto se traduziu na necessidade de improvisar protocolos (como lidar com cadáveres em estado de decomposição acelerada?) e numa manifesta escassez de locais para armazenamento dos cadáveres e de sepulturas nos cemitérios. Estes factores conduziram a uma situação de desamparo perante a acumulação de cadáveres, da qual já não havia memória em França, que se tornou, pela sua extensão, no símbolo de um cenário de catástrofe¹⁹: uma morgue improvisada nos armazéns frigoríficos do mercado central de distribuição de Paris (Rungis); a requisição de camiões-frigoríficos para armazenamento e transporte de cadáveres; a acumulação, no Instituto de Medicina Legal, de centenas de corpos não reclamados; o enterramento, na secção de indigentes do cemitério municipal de Thiais (Val-de-Marne), de cadáveres identificados mas não reclamados.²⁰

¹⁷ O general Jacques Debarnot descreve assim os protocolos dos bombeiros de Paris: “Havia um protocolo de intervenção para os socorristas, que consistia em ver a temperatura, andar com blocos de gelo nas viaturas e tratar o doente desta e daquela maneira. Um segundo protocolo, mais pesado, destinava-se aos médicos das ambulâncias de reanimação e consistia em injectar produtos de que não tenho o nome, porque não sou médico, e em dar ordens muito mais técnicas aos médicos sobre a intervenção necessária para tratar as vítimas do calor” (Assemblée Nationale, 2004, Tomo II, 48).

¹⁸ Nos acontecimentos de agosto de 2003 foi modesto o papel desempenhado pelas estruturas da proteção civil e, nomeadamente, pelo Centro Operacional de Gestão Interministerial de Crises. Segundo o general Jacques Debarnot, “Ao princípio não tínhamos qualquer relação directa com o COGIC. O recurso à Brigada de Sapadores-Bombeiros de Paris compete ao prefeito da polícia. Nós não temos qualquer relação hierárquica com o COGIC. Não obstante esse facto, enviámos para lá, todos os dias de manhã, a síntese das nossas actividades, tal como cada zona da defesa o faz em relação ao conjunto da França. Mas não temos contactos institucionais com o COGIC”. Jean-Paul Proust, chefe da polícia de Paris, declarou que, apesar de manter o contacto com pessoal do Ministério do Interior, os acontecimentos não estavam abrangidos pelos dispositivos da defesa civil: “No entanto, no caso da canícula estamos perante um problema de segurança sanitária que não se encontra abrangido pelo dispositivo [dos planos da proteção civil]” (Assemblée Nationale, 2004, Tomo II, 27).

¹⁹ De acordo com François Michaud Nérard (2007: 68-78), esta situação de excepção prolongou-se de agosto a setembro de 2003. Nérard descreve em pormenor a ação desenvolvida pelos serviços funerários durante o período de excepção dos meses de agosto a setembro de 2003 e que constou de contactos com os familiares, apoio psicológico, apoio logístico e procedimentos técnicos especializados.

²⁰ Os enterramentos começaram a 22 de agosto. O livro de Victor Collet (2004) constitui um trabalho notável sobre os esforços para identificar os que foram enterrados como “cadáveres não reclamados” e para lhes reconstituir as biografias.



Morgue improvisada em Renjuis após onda de calor mortal²¹

No que diz respeito aos domínios epidemiológico e da saúde pública, os dispositivos existentes não previam a inclusão de dados das agências funerárias nem das certidões de óbito que permitissem calcular os índices de morte relacionados com o calor, tal como não previam mecanismos de monitorização em caso de crises de saúde pública (Abenheim, 2003).

Os meios de comunicação e a crise

Tanto a imprensa escrita como as cadeias de televisão foram cruciais para a amplificação dos acontecimentos e para o espoletar da crise política. Durante o mês de julho e nos primeiros dias de agosto registaram-se algumas notícias sobre o impacto do calor na agricultura em cidades e países estrangeiros, bem como sobre o impacto na produção de energia eléctrica, nos incêndios florestais e na saúde da população, mas o primeiro relato de óbitos relacionados com o calor foi publicado no jornal *Le Parisien* na manhã de Domingo, dia 10 de agosto.²²

Quem primeiro alertou para o facto foi Patrick Pelloux, médico de urgências de um hospital e presidente da Associação de Médicos de Urgências Hospitalares de França. Conhecido pelas suas posições críticas relativamente às políticas oficiais para o sector da saúde, no próprio dia em que o *Parisien* dá conta de uma sobremortalidade possivelmente relacionada com o calor, Pelloux repete, em pleno noticiário das oito da noite do canal TF1, as suas afirmações perante uma audiência nacional. Essa presença televisiva fez com que todos os meios de comunicação se interessassem pelo caso, assinalando o início de uma cobertura

Existe também um documentário pungente, intitulado *Aos esquecidos da canícula*. Investigação sobre as vítimas da canícula de agosto de 2003, realizado por Danièle Alet, que assenta numa lógica próxima da de Collet.

²¹ Na legenda desta fotografia pode ler-se: “Morgue improvisada em Rungis na sequência da mortífera canícula”.

²² Para uma excelente e pormenorizada análise das notícias surgidas nos meios de comunicação a propósito da canícula, das diferentes lógicas inerentes à imprensa e à TV, e das diferentes prioridades e critérios editoriais, veja-se Brard (2004).

intensa e de uma crise que só estaria terminada nos finais de setembro.²³ Na televisão, Pelloux afirmou que, nos últimos quatro dias, haviam morrido nos hospitais cinquenta idosos devido a golpes de calor, que esses óbitos estavam a ser considerados mortes naturais pelas entidades oficiais, que ele discordava dessa classificação e que a Direcção-Geral de Saúde se estava a revelar completamente incapaz de lidar com os acontecimentos. Na sua opinião, a situação em presença era a de uma “verdadeira hecatombe”.

Embora variasse de jornal para jornal, consoante as respectivas inclinações políticas, o tom geral das reportagens iria tender para o dramático.²⁴ A 11 de agosto, o conservador *Le Figaro* ostentava o seguinte título na primeira página: "Ao fim de uma semana, o calor provocou a morte de cinquenta pessoas na Ile-de-France, afirmam as urgências; A canícula mata em França". O *Libération*, de esquerda, dava conta, pela voz de Patrick Pelloux, da insuficiência dos meios à disposição dos médicos de emergência para lidar com a afluência de pessoas nas urgências (11 de agosto 2003).

Contrariamente ao que afirma a maior parte das análises dos académicos sobre os relatos dos acontecimentos publicados na imprensa, consideramos que se deve dar especial atenção aos boletins informativos da agência *France Press*, visto terem uma distribuição nacional e uma perspectiva mais equilibrada e semi-oficial. No dia 11 de agosto a agência assinalava o início de uma polémica em torno das consequências, para a saúde pública, da canícula. François Hollande, secretário-geral do Partido Socialista, acusava o governo de passividade e inércia perante a crise. Um boletim da agência assinalava o surgimento de um novo actor na cena pública, as *Pompes Funèbres*, que anunciavam um aumento de 20% de sobremortalidade em França. Esta entidade iria ser a fonte de informação mais fidedigna durante todo o mês de agosto, gerando um permanente foco de tensão com o fluxo de informação governamental, com números sempre aquém dos revelados pela agência funerária.

A propósito desta polémica, os conservadores *Le Figaro* e *La Croix* iriam pôr-se ao lado do governo, considerando-a "estéril" (Jean-Marc Gonin, em editorial do *Le Figaro* de 12 de agosto), ou “grotesca” (Jean-Luc Macia, editorial do *La Croix* do mesmo dia). Citam, em seu apoio, as declarações do socialista Bernard Kouchner contra aqueles que acusam o governo — já que, em sua opinião, não está nas mãos do governo mudar as condições atmosféricas ou mandar no Verão —, conferindo desse modo aos acontecimentos um enquadramento da ordem do natural e não do político.

Ao mesmo tempo, mobilizava-se o conhecimento especializado com vista a promover uma compreensão mais profunda dos acontecimentos. Tanto na edição do *Libération* como na do *Le Figaro* do dia 12 de agosto, o Professor Jean-Louis San Marco, director do laboratório de saúde pública de Marselha, recordava a onda de calor vivida na cidade no ano de 1983 e os 590 mortos de então, propondo algumas medidas simples de saúde pública destinadas a responder à crise presente.²⁵

²³ A melhor fonte no que se refere à análise das fases da crise (vigilância; alerta; discussão; polémica; o processo; crise e normalização) e ao papel dos que a denunciaram é o trabalho de Chateauraynaud e Torny (1999).

²⁴ Muitos analistas acusam os meios de comunicação dessa tendência para dramatizar os acontecimentos e de, através do seu discurso exacerbado e sem sentido do equilíbrio, emitirem juízos e porem-se à caça dos responsáveis em plenas situações de crise (Law, 2003: 4). A produção do discurso dos meios de comunicação tem a sua dinâmica e a sua lógica próprias, à margem de qualquer princípio de equilíbrio. Para uma análise excelente da dinâmica dos meios de comunicação em França e da sua lógica de produção interna, veja-se Lemieux (2000). Sobre a importância dos meios de comunicação na construção do sofrimento à distância e na mobilização do público, veja-se Boltanski (2001; 1999). A propósito do Katrina, Sims fala de um eco emocional induzido pelos meios de comunicação, associado à destruição das infra-estruturas e ao desaparecimento dos grandes equipamentos sociotécnicos (2007a; 2007b).

²⁵ Medidas que incluíam contactar regularmente com os idosos a viver sós e refrescá-los com panos húmidos, de forma a mantê-los hidratados.

No dia 13 de agosto a *France Press* emitiu uma nota de imprensa intitulada "Aumento espectacular do número de mortos numa França esmagada pela canícula", em que os serviços oficiais admitiam que os óbitos já ascendiam às centenas. Esta incerteza quanto ao número de óbitos, aliada ao seu aumento diário e à quantidade de versões diversas e contraditórias, contribuiu para projectar uma imagem de confusão das entidades oficiais e de uma ausência de controlo e acompanhamento por parte do Estado.

Ao cabo de muitas críticas e uma vez regressado das férias de Verão, o Primeiro-Ministro Jean-Pierre Raffarin accionou o "Plano Branco". Destinado a casos de catástrofe ou desastre, este plano consiste na disponibilização de camas suplementares nos hospitais e na convocação de pessoal médico, de enfermagem, e outros profissionais dos serviços hospitalares.²⁶

Na sua edição de 12 de agosto, o *Le Figaro* trazia um artigo da autoria do famoso historiador Emmanuel Le Roy Ladurie intitulado "Os caprichos do termómetro marcaram muitos momentos do nosso passado, provocando fome, epidemias e até revoluções; Canículas, motor da História?". Para além do conhecimento médico e epidemiológico especializado, abria-se, assim, espaço para a perspectiva histórica de longa duração. O artigo em causa inseria a presente crise num processo longo de alterações climáticas, relativizando-lhe o impacto ao mesmo tempo que alertava para os efeitos nocivos das alterações climáticas de alcance global.

O número de mortos continuou a subir, e a 14 de agosto a *France Press* emitia uma nota de imprensa que referia mais de três mil mortos causados pela canícula, acrescentando que o governo estava agora "na defensiva". Acusado por muitos de insensibilidade e de impreparação para fazer frente à crise²⁷, Jean-François Mattéi, ministro da Saúde, começou a fazer referência à epidemia de calor nas suas intervenções públicas. Esta referência à onda de calor em termos de epidemia, uma classificação inaudita em casos semelhantes noutros países, teve duas consequências: naturalizou os acontecimentos e ampliou a escala da sua ocorrência, justificando a sua imprevisibilidade e o transbordar do sistema de saúde pública.²⁸

A 15 de agosto, o Partido Socialista mudou de estratégia política relativamente aos acontecimentos. Nomeou para porta-voz especial o presidente da câmara de Dijon, François Rebsamen, que suavizou as críticas ao governo ao declarar que este não era responsável pelo calor mas que deveria responder pela reacção tardia à crise por parte dos serviços públicos (*Le Figaro*, 15 de agosto). A ideia seria reforçada na mesma edição do jornal pelas declarações de alguns médicos das urgências, segundo os quais centenas de mortes poderiam ter sido evitadas se se tivesse actuado mais cedo junto dos idosos.

²⁶ O Instituto Francês para a Vigilância da Saúde Pública emitiu um comunicado à imprensa em que estimava em mais de um milhar o número de mortos em resultado da canícula (*Le Figaro*, 14 de agosto).

²⁷ O ministro foi criticado por, no dia 11 de agosto, dar uma entrevista sobre a crise de saúde pública ao noticiário das oito da TF1 a partir de sua casa de férias e envergando um pólo, exibindo desse modo uma pose relaxada que contrastava com a seriedade da situação. Delphine Brard (2004: 49-53) descreve em pormenor este "erro de comunicação", bem como a reacção dos jornalistas e as estratégias falhadas dos assessores de imagem do ministro.

²⁸ Aquilo que, no depoimento de Lucien Abenhaim (*Assemblée Nationale*, 2004: 67), parece aos relatores uma discussão esotérica e uma preocupação pessoal — ou seja, saber se os casos de óbitos reportados constituíam um episódio endémico ou uma epidemia — seria, afinal, algo de crucial não só para poder interpretar as mortes e levar os actores públicos a agir e a intervir, mas também como meio de justificar a reacção tardia destes em face dos acontecimentos. No seu livro (2003: 31-32), Lucien Abenhaim explica porque pensou tratar-se de uma epidemia. Menciona o étimo grego epi+demos, que significa, literalmente, sobre (epi) as pessoas (demos), e afirma que, para os cientistas modernos, "[...] uma epidemia é um aumento brusco e anormal do número de doentes, independentemente da causa — cancro, sida, obesidade [...]". Para Abenhaim, a canícula foi um fenómeno excepcional pela intensidade e pela duração, que matou maciçamente num curto período de tempo. O autor conclui dizendo: "A França confrontou-se, efectivamente, com uma epidemia de golpes de calor neste Verão de 2003, na aceção antiga e moderna do termo". Esta aplicação abrangente do termo epidemia não é consensual na comunidade científica, como veremos adiante.

A opinião generalizada de que o governo devia a responsabilidade de enfrentar a crise seria explicitada por Stéphane Rozès, directora da agência de sondagens *CSA Opinion*, numa entrevista dada ao *Libération* (edição de 15 de agosto). Em sua opinião, era responsabilidade do governo assumir o princípio da precaução e impedir todo o tipo de riscos.²⁹ Rozès recordou também que fora do Presidente da República, Jacques Chirac, a iniciativa de transformar em problemas públicos questões de saúde como o cancro, a deficiência e a mortalidade rodoviária. Stéphane Rozès alertou, finalmente, para o risco de deslegitimação dos poderes públicos e de radicalização dos protestos sociais.

A ideia de um colapso geral dos serviços de saúde pública foi ganhando força devido aos comunicados de imprensa que referiam um novo número total de mortos: mais de três mil. A edição do *Libération* de 16 de agosto ostentava o título: “3000 mortos sem atentado; Franceses sob canícula”. Fazia-se, assim, uma analogia directa com os ataques do 11 de setembro. No mesmo dia, o *Le Figaro* titulava: “Os idosos sentem-se como sobreviventes resgatados e o pessoal hospitalar sente azedume”. A ideia de sobreviventes tem, associada a ela, conotações de guerra, de catástrofe ou de um acidente de grandes proporções. O facto de esses sobreviventes serem maioritariamente idosos tem, por sua vez, uma carga simbólica não descurável. Uma carga que, como veremos, será utilizada pelas entidades oficiais para, em última análise, provocarem um sentimento de culpa paralisante da acção colectiva. O abandono dos idosos, a ausência das redes sociais, servindo de álibi para um Estado, igualmente, ausente.

A 18 de agosto os jornais transcreviam as declarações do Primeiro-Ministro denunciando a indiferença da sociedade e das famílias para com os idosos. Os jornais de esquerda criticaram estas afirmações, lembrando as políticas governamentais de efetiva redução do apoio financeiro e social prestado aos idosos. Para os jornais conservadores, pelo contrário, as declarações deviam ser interpretadas como o gesto de um Primeiro-Ministro enfraquecido a tentar relançar-se para poder enfrentar o futuro.

Segundo a imprensa, a partir de 18 de agosto a magnitude do número de mortos e a ideia de um colapso geral dos serviços governamentais tornar-se-iam consensuais da esquerda à direita do espectro político. Esse consenso, que mais tarde irá também afectar o Presidente da República, após o tardio regresso de férias no Canadá, irá exercer uma pressão acrescida sobre os políticos e fazer com que estes se mobilizem com vista a resolver e alterar aquilo que é uma crise cada vez mais visível e com consequências políticas já palpáveis.

É possível detectar claramente um indício deste consenso no editorial de Jean-Luc Macia, publicado no *La Croix* de 18 de agosto, onde se pode ler: “Se, há oito dias, nos parecia indecente toda a polémica em que se reprovava o governo por não ter sabido prever os efeitos da canícula, a crítica quanto ao atraso com que este reagiu é, hoje, perfeitamente aceitável [...]”. O problema que agora se colocava à sociedade francesa era o de lidar com os dilemas da população idosa. Dito de outro modo, o problema dos idosos apresentava-se, agora, como prioridade principal para a acção política.

Uma nota de imprensa da *France Press* referia que era de esperar que o total de óbitos ascendesse a 5.000 (18 de agosto). Após declarações do Ministro da Saúde acusando o Instituto Francês para a Vigilância da Saúde Pública e a Direção-Geral de Saúde de falta de rigor e de estarem mal informados, o director da Direção-Geral de Saúde, Lucien Abenheim, apresentou a sua demissão, tornando-se uma das poucas vítimas políticas da onda de calor.³⁰

²⁹ Para uma análise aprofundada do princípio da precaução e das materialidades a que obriga, veja-se Callon, Lascousmes e Barthe (2001).

³⁰ No livro que viria a publicar em Novembro de 2003, Lucien Abenheim apresentaria as razões da demissão, alegando que o Ministro da Saúde tinha consciência e dispunha de informação quanto aos últimos números relativos aos óbitos.

Paralelamente a este episódio político, as atenções voltavam-se agora para o facto de os dados indicarem que metade dos óbitos teriam ocorrido em lares. As condições deploráveis destas residências para idosos e a falta de pessoal viam-se agora, também, sob apertado escrutínio.

A 20 de agosto, a agência *France Press* informava que, de acordo com as *Pompes Funèbres*, a sobremortalidade devida ao calor se cifrava em 10.000 óbitos.³¹ No mesmo dia, a agência dava também notícia de uma sondagem nacional sobre a crise, feita pela CSA e divulgada pelo *France Aujourd'hui* e pelo *Le Parisien*, onde se apontava simultaneamente, como causa dos óbitos, o acaso (46%), o mau funcionamento do sistema de saúde (29%) e a inacção do governo (23%). No entanto, 51% dos que responderam afirmaram que o governo não tinha estado à altura das suas responsabilidades (contra 40% dos que afirmaram o inverso e 9% que declararam não possuir qualquer opinião).³²

No dia 21 de agosto, à chegada do Canadá, o Presidente da República reuniu com todo o Conselho de Ministros, após o que emitiu um comunicado oficial. Por força da grande influência que o Presidente da República tem no sistema político francês e do capital simbólico e político de que goza, o comunicado oficial traçava as linhas da acção governamental futura no respeitante às ondas de calor. Os acontecimentos eram perspectivados como sendo um drama humano que não se deveria articular com as demais medidas destinadas a enfrentar as alterações climáticas globais.

Preconizava-se igualmente uma maior atenção à organização das urgências hospitalares. Além disso, a sociedade francesa, cada vez mais envelhecida, deveria gerar políticas apontadas ao restabelecimento dos laços sociais com os idosos — quer os residentes em habitação própria, quer os residentes em instituições — e ao desenvolvimento de laços intergeracionais.

As medidas anunciadas e o empenhamento do Presidente iriam mitigar as críticas acerbas da imprensa, principalmente as dos jornais mais conservadores. Com efeito, na sua edição de 21 de agosto o *Le Figaro* escrevia em título: “Oposição indignada com a ausência de intervenção presidencial; Chirac, um longo e surpreendente silêncio”. Mais significativo de todos foi o editorial de Bruno Frappat no *La Croix* de 22 de agosto, intitulado “Protecção aos idosos. A quarta frente”, abaixo transcrito na íntegra:

“Jacques Chirac apareceu, ontem, bronzeado mas tenso. Repousado mas crispado. Condoído mas incomodado. Esta contradição presidencial está em consonância com a França, país a que preside. O Verão de 2003, o mais mortífero em tempos de paz, causou uma grande devastação e irá sem dúvida ficar assinalado no nosso tempo histórico como um tempo de fractura, de ferida civilizacional. Terá sido necessária esta canícula monstruosa e esta terrível «sobremortalidade» entre os idosos, para que nos déssemos conta, todos nós, de como estamos carenciados de cuidados aos "velhos". As polémicas e o embaraço não são senão a face visível de uma má consciência partilhada.

³¹ A 21 de agosto, a France Press dava notícia de um famigerado comunicado oficial do Ministro do Interior intitulado "Menos de 10.000 mortos, segundo o ministro francês do Interior". Assistia-se agora a uma guerra de números em que os valores tornados públicos eram sistematicamente refutados e a desinformação se sobrepunha à necessidade de cuidar da saúde pública.

³² A 26 de agosto foram publicadas duas sondagens que mostravam uma posição mais crítica da parte dos cidadãos franceses relativamente às acções do seu governo. Numa sondagem do Observatoire de l'Opinion Louis Harris-AOL feita para o *Libération*, 56% dos inquiridos responderam que o governo havia sido "imprevidente" em relação à canícula, 58% responderam que não tinha sido suficientemente reactivo, e 66% que não tinha sido eficaz. Cinquenta e cinco por cento acusavam o governo de ter primado pela ausência durante a canícula, e 51% diziam não possuírem a mínima confiança na capacidade do governo para gerir eventuais crises. A sondagem da Ipsos para o *Le Figaro* revelou que 60% dos inquiridos achavam que as críticas ao governo por parte da oposição eram injustificadas, enquanto 62% consideravam que o impacto do calor era obra do acaso. Por outro lado, 57% diziam ter a certeza de que a verdade sobre os acontecimentos nunca chegaria a ser conhecida.

Os números são assustadores e não há dúvida que teremos de esperar ainda uns dias para podermos avaliar a dimensão exacta da catástrofe, mais do que «sanitária» ou «natural», humana. Porque por trás de palavras como "sobremortalidade", destinadas a atenuar o efeito de choque de uma realidade terrível, ficará gravado em luto, em remorso nacional, um dos principais desafios do nosso futuro colectivo: como vamos nós proteger os idosos, os mais fracos de entre os fracos, das vicissitudes da vida?

Esta foi uma frente que em julho de 2002, no início do seu segundo mandato, Jacques Chirac se esqueceu de incluir na lista dos seus projetos, onde se encontravam a luta contra o cancro, a melhoria das condições dos deficientes e a luta contra a insegurança rodoviária. Ninguém lhe censurou, então, a omissão. Hoje, no entanto, sem dúvida que ele próprio se arrepende do facto.

«Sobremortalidade». Subjacente a esta palavra tecnocrata e estatística esconde-se uma tragédia pura, a que se deveria, com mais crueldade, dar o nome de efeito de colheita: os mais resistentes sustiveram o golpe, enquanto os outros tombaram caídos. Não basta dizer "Acabariam por morrer um pouco mais tarde", porque cada uma destas vidas tinha tanta dignidade quanto a nossa.

De hoje em diante todos fomos avisados que os mais fracos de entre os nossos familiares, os mais fracos de entre os nossos irmãos, são «as pessoas de idade», os isolados da terceira idade e, principalmente, da quarta idade, incluindo os hóspedes dos lares para idosos.

«Que fizeste a teu irmão?», pergunta Deus a Caim no Génesis. A versão do terceiro milénio: Que fizeste, França, aos teus velhos? E que vais fazer agora?»

Os relatórios políticos e administrativos: a mobilização da classe política

Como diz Hilgartner (2007: 154), depois de uma catástrofe tanto os políticos como os cidadãos perspectivam um regresso rápido à normalidade e um fechamento discursivo dos acontecimentos. Ou, como defende John Law (2003), a produção de assimetrias implica uma ecologia de contenção que congrega e conclui todas as explicações. As narrativas oficiais, visíveis nos relatórios produzidos, consistem sempre numa história tranquilizadora e numa corrida para controlar a forma como a responsabilidade causal e moral pela catástrofe acaba por ser retratada (Hilgartner, 2007: 155-156).

Sobre a onda de calor de 2003 produziram-se onze relatórios, três de carácter político e oito de carácter administrativo. A Assembleia Nacional produziu um relatório informativo (Assemblée Nationale, 2003)³³ e um relatório-inquérito (Assemblée Nationale, 2004). Ao Senado coube, ainda, a responsabilidade de um relatório informativo (Sénat, 2004). Os relatórios administrativos dividiram-se do seguinte modo: três foram produzidos pela *Inspection Générale des Affaires Sociales* (Inspeção Geral dos Assuntos Sociais) sobre as condições dos idosos (2004), a continuidade dos serviços geridos pelos médicos da medicina convencionalizada privada (2003a), e a redução do número de camas dos hospitais (2003b); dois foram produzidos pelo *Institut Nationale de la Santé et de la Recherche Médicale* (Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica, INSERM) sobre a questão da sobremortalidade (2004, 2003); outros dois, sobre o impacto da onda de calor em termos de saúde pública, deveram-se ao Instituto Francês para a Vigilância da Saúde Pública (InVS, 2003a; 2003b); e um, sobre o

³³ O relatório informativo final foi contestado pelos deputados socialistas e comunistas, com o fundamento de que ilibava o governo de todas as responsabilidades.

sistema de saúde, foi produzido por uma missão de peritagem e avaliação (Lalande *et al.*, 2003).³⁴

Guiados pelo objectivo principal de apurar responsabilidades e retirar lições para o futuro, os relatórios políticos e o relatório Lalande estão redigidos de forma assimétrica. Concebidos como instrumentos para a descoberta da verdade (Lynch e Bogen, 1996), eles mostram-se assimétricos em todas as dicotomias identificadas por John Law (2003): verdade/erro, interno/externo, discursivo/não-discursivo, êxito/fracasso, e compromissos políticos implícitos/explicitos.

A semântica utilizada reforça a ideia de uma grande convulsão na sociedade francesa. A par da palavra epidemia, as expressões mais usadas são catástrofe de saúde pública, crise social e de saúde pública, e ainda catástrofe natural e drama humano.

Apoiado unicamente pelos deputados da maioria, o relatório informativo da Assembleia Nacional perspectiva os acontecimentos num quadro de catástrofe, naturalizando-os e justificando, desse modo, o subsequente fracasso do sistema de saúde pública. Chefiada por um antigo ministro da Saúde socialista, a comissão de inquérito mostrar-se-ia mais inclinada a apontar para um cenário de catástrofe na própria saúde pública. À maneira dos estudos de catástrofes inspirados pelos Estudos de Ciência e Tecnologia (Hilgartner, 2007), este relatório afirma, na respectiva introdução, que a tentativa de rotular os acontecimentos como sendo ou uma catástrofe natural ou uma catástrofe de saúde pública não tem sentido e que os depoimentos feitos perante a comissão revelam que a responsabilidade é colectiva, não obstante centrarem-se nos falhanços dos organismos e instituições dependentes do Ministério da Saúde (Assemblée Nationale, 2004, Tomo I, 16).

No preâmbulo do relatório, o presidente da comissão do Senado³⁵ resume desta maneira o sentir dos deputados após a canícula:

“No ano passado, em pleno mês de agosto, os franceses descobriram, horrorizados, os efeitos mortíferos de uma canícula que ninguém havia previsto e que atingiu com particular intensidade os mais débeis da nossa sociedade, os enfermos, os deficientes, os doentes sob certos tratamentos medicamentosos e, sobretudo, os idosos, tanto os residentes em domicílio próprio como os que se albergavam em lares e hospitais.

A missão de informação começa, antes de mais, por exprimir o seu pesar relativamente às vítimas e aos seus familiares [...]

Numa palavra, os nossos idosos pereceram, ao longo destes "dias de brasa", apesar da excepcional mobilização dos sapadores-bombeiros, dos serviços de urgência, dos médicos, dos enfermeiros, do pessoal auxiliar de enfermagem, dos funcionários dos lares, dos serviços de assistência ao domicílio, dos presidentes da câmara [...] em *condições inaceitáveis para a França dos direitos do homem, que não é parca em conselhos ao mundo, neste domínio.*

Numa palavra, enfim, foi o sistema, mais do que os homens, que assim deixou a nu as suas falhas. [...]” (sublinhado nosso)

Todos os relatórios continham recomendações para o futuro, bem como a noção de que deveria ser feito um esforço legislativo sério no sentido de fortalecer a solidariedade com os cidadãos mais idosos e de lhes melhorar as condições de vida, de aperfeiçoar as instituições de supervisão epidemiológica e respetivo dispositivos técnicos, e ainda de melhorar o sistema de saúde (mecanismos de saúde pública e urgências hospitalares) e os sistemas de prevenção e de alerta.

³⁴ Patrick Lagadec (2005) fez uma análise exaustiva destes relatórios a partir da perspectiva da sociologia da gestão das crises. Hervé Laroche (2005) fez o mesmo de uma perspectiva organizacional.

³⁵ A comissão e o respectivo relatório não receberam o aval de alguns dos partidos da oposição.

O ideal de cidadania inclusiva e de iniciativa estatal, na tradição da história do Estado francês (Mukerji, 2007), via-se, assim, encarnado e legitimado através de um grupo abrangente e consensual, o dos idosos, retratados como vítimas maiores da onda de calor de 2003.

Os dois discursos dominantes dos relatórios políticos e administrativos, ou seja, a ideia de excepcionalidade e imprevisibilidade, por um lado, e, por outro lado, a narrativa de catástrofe e de colapso, não obstaram a que os óbitos relacionadas com o calor fossem incorporados no tecido social, levando a que se introduzissem significativas mudanças nos planos legislativo, governamental, institucional e técnico.

A alteração dos dispositivos sociotécnicos

A mobilização dos organismos político-administrativos franceses decorrente da onda de calor de 2003 teve, efectivamente, um impacto significativo nos dispositivos sociotécnicos relacionados com o calor e com o seu efeito sobre a saúde pública.³⁶ As inovações então propostas vieram impor aos agentes envolvidos vínculos novos (Gomart e Hennion, 1999), bem como uma rede de dispositivos densamente coordenada e constituída por regras e por procedimentos, protocolos e instrumentos técnicos renovados.³⁷

Em princípios de 2004 foi assinado entre a *Météo France* e o Instituto Francês para a Vigilância da Saúde Pública um protocolo para a aplicação de alertas e índices de prevenção relacionados com riscos de saúde pública de origem meteorológica. O instrumento fundamental previsto no protocolo consiste num índice biometeorológico para cada departamento da França continental, de forma a calcular o risco de sobremortalidade relacionado com o calor. O resultado foi a criação do *Système National d'Alerte Canicule et Santé* (Sistema Nacional de Alerta Canícula e Saúde).³⁸

Este sistema de alerta compreende o *Plan National Canicule* (Plano Nacional para as Canículas), elaborado e testado a seguir a 2004.³⁹ O plano tem três níveis: vigilância sazonal (de 1 de junho a 31 de agosto); alerta e acções (diárias ou com previsão para três dias); mobilização máxima.

À medida que as ondas de calor e as mortes com estas relacionadas foram sendo trazidas para o tecido social, elas foram sendo objecto de uma especial atenção ao mesmo tempo que se delinearam medidas legislativas tendo em vista os idosos, epidemiológica e

³⁶ Isso apesar de alguns epidemiologistas franceses minimizarem o impacto da onda de calor sobre a mortalidade, alegando a ocorrência de um efeito de colheita e apontando também para a circunstância de a gripe comum e as ondas de frio terem, anualmente, um impacto superior nos índices de mortalidade (Valleron e Boumendil, 2004).

³⁷ Na edição de 5 de junho de 2007 do *Bulletin Épidémiologique Hebdomadaire*, Pascal Brückner, director do Instituto Francês para a Vigilância da Saúde Pública — que em 2003 já se encontrava em funcionamento —, apresentou os dados referentes ao impacto da onda de calor do período de 10 a 28 de julho de 2006. De acordo com o instituto, o acréscimo de óbitos por calor respeitantes ao período em causa foi de 1.600, número que, segundo o *Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale* (Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica), se terá cifrado em 2.000. A projeção da estimativa, já tomando em consideração a duração e intensidade da onda de calor, apontava para um acréscimo de 6.500 óbitos. Este facto levou Pascal Brückner a escrever o seguinte: “A conclusão do estudo é que, se em julho de 2006 se verificou, de facto, um excesso de mortalidade associado à onda de calor, este foi três vezes menor do que teria sido à luz dos anteriores estudos de modelização calor/mortalidade”.

³⁸ No plano local, os níveis de risco definidos pelo índice em causa são cruzados com outros parâmetros, como sejam o vento e a humidade, a poluição do ar, e ainda as licenças de férias e os hábitos de mobilidade nas férias e feriados. Os hábitos comportamentais dos franceses durante os períodos de férias são, assim, incorporados no índice epidemiológico. Paralelamente, existe um sistema de vigilância da saúde pública baseado nos seguintes factores: o número de mortos oficialmente registados; as intervenções no terreno efetuadas pelos bombeiros e pelos serviços de emergência; e os fluxos de afluência às urgências hospitalares.

³⁹ Para uma descrição pormenorizada deste Plano, das acções empreendidas quanto às condições de vida nos lares de idosos, e das simulações levadas a cabo no ano de 2004, veja-se *Ministère de la Santé et de la Protection Sociale* (2004).

estatisticamente definidos como sendo o grupo mais afectado. Os debates em torno das condições de vida dos idosos e da sua vulnerabilidade foram trazidos para o sistema político. A Lei 2004-626, de 30 de junho de 2004, chamada Lei da Solidariedade para a Autonomia dos Idosos e das Pessoas com Deficiência (*Solidarité pour l'Autonomie des Personnes Âgées et des Personnes Handicapées*),⁴⁰ veio consagrar as mudanças pretendidas em termos de alterações sociais relativamente aos idosos e à sua vulnerabilidade. As medidas principais consistiram no seguinte:

- . Criação, em todos os departamentos, de um plano de alerta e emergência para os idosos e deficientes em caso de risco excepcional. A preocupação principal foi com as pessoas em situação de isolamento;

- . Criação, ao abrigo do acordo sobre os idosos e deficientes, de uma base de dados com os contactos pessoais nas câmaras municipais, destinada a facilitar a intervenção dos serviços sociais e de saúde pública em situações de emergência⁴¹;

- . Instituição de um dia de solidariedade, em que a remuneração diária de cada trabalhador e uma percentagem dos proventos dos patrões seria canalizada para o financiamento de actividades dos idosos e deficientes⁴²;

- . Criação de uma Caixa Nacional da Solidariedade para a Autonomia (*Caisse Nationale de Solidarité pour l'Autonomie*), um fundo público destinado a financiar despesas com a prestação de cuidados aos idosos e deficientes a nível nacional.

Estas medidas legislativas ocorreram após algumas mudanças a nível governamental no que se refere aos idosos. Após a derrota da União para um Movimento Popular (UMP), partido do Governo, nas eleições regionais de Março de 2004, Jean-Pierre Raffarin manteve-se como Primeiro-Ministro, substituindo no entanto o polémico Ministro da Saúde da canícula de 2003, Jean-François Mattéi, por Philippe Douste-Blazy. O ministério, chamado da Saúde e Protecção Social, contava agora com um Ministro-adjunto para os Idosos, Hubert Falco (que fora Secretário de Estado para os Idosos do Ministro dos Assuntos Sociais, do Trabalho e da Solidariedade). Mais tarde, de 2005 a 2007, Dominique Villepin seria Primeiro-Ministro, Xavier Bertrand Ministro da Saúde e das Solidariedades, e Phillipe Bas Ministro-Adjunto para a Segurança Social, os Idosos, os Deficientes e a Família.⁴³ Nicolas Sarkozy, então Ministro do Interior, haveria de chegar a Presidente da República.

Após a onda de calor de 2003, a noção de solidariedade para com os idosos ficou associada às questões da saúde e da saúde pública, a que se agregaram também as noções de vulnerabilidade e de cuidados. Esse reequacionamento institucional e essa experiência social significaram toda uma incorporação dos idosos nas políticas de segurança das populações do Estado francês, políticas que passaram a ter no seu cerne a saúde pública e a epidemiologia.

⁴⁰ A junção de ambas as categorias, os idosos e os deficientes, foi uma exigência de alguns deputados e também resultado directo do empenho pessoal do Presidente da República em políticas activas relativamente aos deficientes. Este facto iria, de futuro, ter influência na atribuição e distribuição de fundos a um e outro grupo.

⁴¹ Em algumas cidades norte-americanas é obrigatória, em caso de onda de calor, a evacuação dos idosos e das pessoas em situação de isolamento para locais com ar condicionado previamente designados. Especialmente interessante é o caso de Atenas, já que, na sequência da grande onda de calor de 1987, a cidade franqueia 24 horas por dia os seus edifícios públicos dotados de ar condicionado, sempre que há um alerta de onda de calor.

⁴² A concretização do dia de solidariedade foi grandemente contestada por alguns sindicatos, porque viram na medida um ataque directo à semana de 35 horas, e também porque ela vinha pôr em causa o princípio universal da actuação do Estado. Quando não se chega a acordo ao nível da empresa, os trabalhadores são obrigados a trabalhar no feriado da Segunda-feira de Pentecostes. Por norma, os trabalhadores descontam um dos dias de folga remunerada.

⁴³ O governo do Primeiro-Ministro François Fillon, empossado em 2007, operou uma mudança nesta orientação institucional, devolvendo os assuntos respeitantes aos idosos ao Ministério do Trabalho, das Relações Sociais e da Solidariedade. O novo governo conta com um Secretário de Estado da Solidariedade, o que representa uma despromoção da relevância atribuída aos assuntos dos idosos.

Em complemento das medidas acima referidas, em 2005 foi posto em prática o Plano Azul (*Plan Bleu*). Baseado num decreto publicado em 7 de julho, o plano em causa estipulava condições rigorosas para os lares de idosos.⁴⁴ Um outro decreto, datado de 11 de julho de 2005, veio tornar obrigatória a existência de dependências com ar condicionado em todos os estabelecimentos de saúde de França.

O papel das ciências sociais, e um "caso" sem movimentos sociais

A projeção conferida pelos meios de comunicação e a resposta da opinião pública foram cruciais para gerar o sentimento de crise que adveio da onda de calor de 2003. Perspectivados os acontecimentos como um repto ao Estado francês, estes puseram a nu a sua fragilidade enquanto terapeuta global imaginário dos seus cidadãos (Sloterdijk, 2006: 266). O palácio de cristal, com a sua endosfera acolhedora e autocomplacente, pareceu estalar. E perante a ausência do Estado os cidadãos franceses sentiram-se em perigo, completamente expostos e vulneráveis e à mercê dos elementos. Apesar de nunca se ter estado propriamente à beira do colapso civil, (Hilgartner, 2007; Jasanoff, 1997), a verdade é que os acontecimentos do Verão de 2003 tiveram um tremendo impacto moral, gerando "medo", "desconforto", "perplexidade", "consternação", e "um sentimento de descrença no país dos direitos humanos". Tratou-se, em suma, de um caso em que o Estado francês se mostrou impotente para exibir o poder do poder (Gilbert, 1992: 13-18; 239-250).

Ao contrário do que sucedera em Chicago, onde haviam sido naturalizados e somatizados (Klinenberg, 2001), os cadáveres, cujo número em França foi paulatinamente aumentando aos milhares, tornaram-se aqui indicadores do falhanço moral e político do Estado. Ao contrário do que sucedeu com o Katrina e outras catástrofes, as infra-estruturas permaneceram intactas (Sims, 2007), não afectando qualquer sector da população propenso a ser discriminado ao nível médico e racial⁴⁵, a ser normalizado por via da subsunção a esta ou aquela classe social, ou a ser rotulado como descartável (Giroux, 2006) ou marginal (Declerck, 2003). Na materialidade do acumular quotidiano de cadáveres, a abrangente categoria constituída pelos idosos afectou a linha ténue que liga simbolicamente cada cidadão à comunidade imaginada.

Foi preciso reparar rapidamente essa ruptura moral. Essa enorme brecha no palácio de cristal que se imaginava seguro, em que os cadáveres dos idosos funcionaram como reguladores da temperatura, indicando a disfunção do sistema, ou como sinédoque do falhanço do Estado e do aparelho político, levou os políticos tanto do partido dirigente (a UMP) como da oposição, e desde a Assembleia Nacional ao Senado, a interrogar-se e a comprometer-se com a garantia — expressa nos relatórios oficiais — de que tal não voltaria a suceder em França. "A missão de informação constituída pela comissão dos assuntos culturais, sociais e da família estabeleceu como objectivo propor medidas urgentes para evitar que tal situação se possa repetir" (Assemblée Nationale, 2003); "Para, antes de mais, esclarecer os nossos concidadãos sobre o desenrolar dos acontecimentos, e depois para

⁴⁴ O Plano Azul consta de várias medidas obrigatórias para os lares da terceira idade: a nomeação de um director ou coordenador para as situações de crise; a obrigatoriedade de um convénio com um estabelecimento de saúde, com vista a definir protocolos para apoio e transferência dos idosos em caso de emergência; medidas preventivas para os funcionários; protocolos para a eventualidade de alertas ou de emergências. Mais importante ainda, a obrigatoriedade da existência de uma dependência com ar condicionado. Num relatório oficial sobre a aplicação da lei 2004-626, da autoria de Denis Jacquat, pode ler-se que, no final de 2005, 40% dos municípios que responderam ao inquérito tinham completado o registo dos idosos; que 83% da totalidade dos lares de idosos tinham posto em prática o Plano; e finalmente, que 96% dessas residências possuíam uma dependência dotada de ar condicionado (Assemblée Nationale, 2005: 11-16).

⁴⁵ Cf. O caso dos surtos de cólera da Venezuela analisados por Briggs e Mantini-Briggs, 2003.

identificar as disfunções que esta crise veio revelar, para que dela se retirem lições para o futuro" (Assemblée Nationale, 2004).

Embora a onda de calor, enquanto acontecimento traumático e simbólico, esteja subjacente aos escritos dos jornalistas, estudiosos e autores populares da história recente da França, a verdade é que são poucos os artigos ou livros de cariz académico a tratá-la de uma forma directa.⁴⁶

Estes trabalhos de base científico-académica mobilizam quadros analíticos conhecidos e familiares. Alguns destes reivindicam-se de uma antropologia da morte, da dor e do luto (Le Grand-Séville e Véga, 2005). Outros centram-se numa análise das origens e condições sociais dos cadáveres não reclamados e numa sociologia da memória (Collet, 2005). Os processos mediáticos e as estratégias de construção do evento também foram objecto de estudo (Breard, 2004), tal como o foram — ainda que em moldes mais clássicos — os enquadramentos políticos conflituantes activados no decurso da crise (Millet, 2005). A sociologia das crises proposta por Patrick Lagadec (2005), bem como a análise organizacional (Laroche, 2005), foram aplicadas aos relatórios político-administrativos dos acontecimentos.

Pode dizer-se, para usar o léxico de Michel Callon, que as ciências sociais não foram muito performativas na configuração analítica da crise da onda de calor de 2003. E isso apesar de a narrativa da comissão de inquérito da Assembleia Nacional estar explicitamente imbuída da sociologia das crises de Patrick Lagadec (Assemblée Nationale, 2004, Tomo I, 17, 181-183). Os estudos disponíveis pressupõem uma dicotomia explícita entre natureza e cultura ou um quadro de denúncia, como sucede no artigo de Millet. Como defende Timothy Mitchell (2002: 28-31), quando as ciências sociais são confrontadas com agentes desconhecidos ou com entidades não exclusivamente humanas — como quando o próprio Mitchell se viu confrontado com o mosquito *Anófeles* ou com o parasita *falciparum*, no Egipto —, elas recorrem a epistemologias e metodologias já conhecidas, reconfortantes e fortes.

Os três princípios do hoje já clássico artigo de Michel Callon (1986) — o agnosticismo, a simetria e a livre associação — afiguram-se de aplicação difícil à análise da onda de calor de 2003.⁴⁷ Quando, muito concretamente, é preciso levar em conta certos actantes, como sejam o clima, determinados factores meteorológicos como a temperatura, o vento e a humidade, as mortes e as doenças relacionadas com o calor, ou ainda o Senado, a Assembleia Nacional e a contabilização de milhares de cadáveres, parece que as categorias analíticas e as dicotomias tradicionais deixam de servir ao investigador. Há, efectivamente, coisas que alteram aquilo e aqueles a que estão ligadas, e que exigem que prestemos atenção à sua múltipla diversidade enquanto modos de existência ou de vinculação (Latour, 2005a; 2007).

A configuração da onda de calor de 2003 foi a de um jogo científico jogado em exclusividade pela epidemiologia e pela demografia. E, nem em França nem na Europa em geral, se verificou o equivalente àquilo que Eric Klinenberg fez para Chicago, em 1995, colocando-se numa posição sociológica clássica baseada em Durkheim, Mauss e Bourdieu, e publicando uma autópsia social da onda de calor. Não obstante Klinenberg sustentar que a intenção dos textos que publicou foi desnaturalizar e des-somatizar as análises hegemónicas dos óbitos causados pelo calor, o certo é que as suas análises acabaram por ser incorporadas

⁴⁶ Na base de dados de texto integral do portal CAIRN encontrei, até agosto de 2007, 60 artigos com menções à onda de calor de 2003, mas desses apenas 9 ofereciam uma abordagem académica do tema. Sobre o assunto existe ainda um romance, da autoria de Pierre Tartakowsky, intitulado *Chaudes Larmes* (2004).

⁴⁷ É possível encontrar exemplos relativos ao caso do Katrina nos artigos coligidos no volume de Fevereiro de 2007 de *Social Studies of Science*. Com a provável excepção de Mukerji (2007), os artigos em questão não accionam uma narrativa de denúncia. Os acontecimentos catastróficos de 2005 em Nova Orleães são abordados a partir de conceitos como culturas tecnológicas (Bijker, 2007), distribuição em rede (Wetmore, 2007), infra-estrutura (Sims, 2007), descrições processuais (Hilgartner, 2007) ou justiça ambiental (Allen, 2007).

na bibliografia de referência e nas explicações epidemiológicas do fenómeno. Podemos, então, concluir que no caso não se trata tanto de ter em conta o social, mas sim de estudar o modo como o social é reconfigurado pelo acontecimento, incorporado e corporizado pelos quadros analíticos dominantes.⁴⁸

Outra questão intrigante se coloca ao investigador: porque não se verificaram movimentos sociais ou de protesto em torno do caso da onda de calor? Quais foram as condições sociais, políticas e morais que faltaram para que esta se tornasse uma questão mobilizadora? A resposta célere à crise por parte dos responsáveis políticos não é suficiente para responder a estas questões.

De facto, existe uma associação — a Associação Francesa para a Protecção e Assistência aos Idosos — que goza de grande visibilidade pública e cujas actividades se salientaram pelas notórias intervenções críticas a propósito das condições dos lares de idosos.⁴⁹ Fundada em 2002, a associação participou em muitos processos movidos contra responsáveis de lares de idosos, tendo denunciado publicamente casos de abusos. A sua presença nos debates sobre o impacto da onda de calor de 2003 foi escassa (uma entrevista ao *Le Figaro*, em 23 de agosto de 2003, e um longo artigo publicado no *L'Express*, em 25 de setembro de 2003), não tendo sido chamada a depor nos inquéritos oficiais.⁵⁰

Como referem Jean-Paul Vilain e Cyril Lemieux, no seu importante artigo de 1998 sobre a criação de grupos circunstanciais em torno das vítimas de desastres e dos seus familiares, tais grupos constituem uma forma nova de participação pública e de construção da cidadania, que, centrando-se na figura da vítima, vêm afirmando novos direitos e uma nova relação com o Estado. Além disso, a França vem assistindo, ao longo das últimas décadas, a uma proliferação de “casos” (*affaires*) e de movimentos sociais e de protesto.⁵¹ Tal como afirmam Luc Boltanski e Elisabeth Claverie, no seu artigo de síntese sobre os “casos” públicos em França, um traço comum é que, sempre que um caso de natureza pública se transforma em causa no espaço público, dá-se o confronto de vários movimentos sociais, bem como de versões da realidade distintas e antagónicas (2007: 438-439).

Não foi isso que aconteceu na sequência da onda de calor. Os 15000 óbitos não suscitaram queixas nem protestos. Estamos perante um “caso” configurado pelos grandes meios de comunicação de massa, que se limitou a produzir mudanças endógenas nas esferas política, científica e técnica. Os acontecimentos geraram um choque moral, no sentido proposto por James Jasper (1998: 408-420), no entanto isso não foi suficiente para mobilizar as pessoas.

A hipótese que se adianta é a de que estamos, aqui, perante uma situação em que as famílias das vítimas foram remetidas a um silêncio que foi reflexo da ausência de luto pelos parentes idosos. O ritual da morte não chegou, de facto, a ser cumprido, uma vez que, como

⁴⁸ Recentemente, Mitchell Duneier teceu críticas às conclusões e às estratégias metodológicas do estudo de Klinenberg, argumentando que estamos perante uma falácia ecológica e que uma etnografia pós-evento revela que os óbitos causados pelo calor em Chicago encontram explicação mais plausível na morbilidade e na mortalidade individuais (2006: 687).

⁴⁹ Esta associação patrocinou a publicação do polémico livro *On tue les vieux* (Matam-se os idosos) (Fernandez et al., 2006).

⁵⁰ Este facto decorreu da estratégia das comissões parlamentares e do Senado, que optaram por não ouvir as famílias das vítimas ou os seus representantes (Rocher, 2005). Algumas organizações tiveram uma presença igualmente modesta na imprensa: a *Association pour la Taxation des Transactions Financières et pour l'Action Citoyenne* (Associação para a Taxação Financeira e para a Acção Cidadã) denunciou as mortes vendo nelas a consequência de um neoliberalismo desenfreado (*Libération*, 22 de agosto de 2003); o colectivo *Morts de la rue* (Mortos da rua) chamou a si a organização de alguns dos funerais dos corpos não reclamados; a associação *Emmaüs France*, votada ao acolhimento e acompanhamento dos sem-abrigo, apelou à criação de um plano para o calor, equivalente ao plano para o frio (*La Quinzaine — Association Emmaüs*, 15 de setembro de 2003).

⁵¹ Em relação às lições políticas aprendidas com a SIDA em França, ver Dodier (2003); quanto às polémicas e às indecisões em torno da opção pela energia nuclear, ver Barthe (2006); finalmente, sobre o caso do sangue contaminado, ver Hermitte (1996).

Magali Molinié (2006) afirma de forma pungente, é necessário *soigner les morts pour guérir les vivants* (cuidar dos mortos para curar os vivos). As demoras na recolha dos cadáveres e na sua identificação e disponibilização para serem sepultados prejudicaram todo o ritual associado com a morte, o que constituiu uma verdadeira ruptura no fluir normal dos acontecimentos. Neste ponto, remete-se para a cultura do medo que, segundo Timothy Mitchell (2002, capítulo 5), caracteriza os pobres no Egipto, bem como para o silêncio de Gino, descrito por Michel Callon e Vololona Rabeharisoa (2004).⁵² Estes silêncios forçados não são exclusivo das pessoas que vivem naquilo que se designa por espaços subdesenvolvidos ou submetidos a regimes repressivos. Eles podem marcar presença também em espaços cosmopolitas como é Paris, onde as famílias não foram capazes de chorar os seus mortos ou estes não tinham vínculos familiares.⁵³ A propósito desses silêncios impostos, Michel Callon escreve: “O importante não é tanto a palavra a libertar mas antes os mecanismos que impõem o silêncio, seja ele resultado de deficiências ou doenças graves ou do medo palpável que paralisa a palavra” (2006: 8).

2. A onda de calor de 2003 em Portugal

Em Portugal, o Verão de 2003 será recordado como o período em que mais área ardeu em consequência de incêndios florestais, num total de mais de 500.000 hectares. Oficialmente o episódio foi considerado uma calamidade nacional, tendo-se elaborado relatórios a analisar as causas e a propor nova legislação, novos sistemas de vigilância e melhores dispositivos técnicos de emergência e de combate aos incêndios. Criou-se uma comissão parlamentar especial para acompanhar essas iniciativas e propor alterações legislativas e organizativas para a gestão das florestas e para a produção madeireira do país.

Nesse mesmo período, Portugal foi afectado por uma onda de calor que teve início em 29 de julho e terminou em 15 de agosto.⁵⁴ A consequente sobremortalidade saldou-se em 2.310 óbitos relacionados com o calor.⁵⁵ O dia em que a mortalidade atingiu o ponto mais alto foi 8 de agosto, com um total de 464 vítimas.

Ao contrário da situação ocorrida em França, existia em Portugal uma longa tradição de estudos epidemiológicos sobre o impacto das ondas de calor para a saúde pública (Falcão,

⁵² Se os escritos de Michel Callon não incluem explicitamente qualquer posição pessoal ou emocional, o seu artigo, escrito em co-autoria com Vololona Rabeharisoa (2003), sobre Gino, um doente com distrofia muscular que recusou as deusas de diálogo propostas por estes dois sociólogos e pela sua família em torno da sua doença, e que se recusou sempre a recolher informações sobre a genética da doença e o seu impacto nos seus filhos, é um dos trabalhos mais empáticos alguma vez escrito por cientistas sociais. Callon e Rabeharisoa utilizam de forma magistral a posição de Gino para explorarem as suas consequências para o papel do sociólogo no acto de investigação, bem como para uma análise crítica da eficácia das metodologias da sociologia enquanto disciplina científica. Simultaneamente, procedem a uma crítica da noção ocidental de arena pública, que pressupõe um sujeito individual livre, autónomo e responsável. O caso de Gino conduz os autores a proporem as bases de uma sociologia que promova a emergência de formas variadas e diferentes de nos comportarmos como humanos (2003: 24) (Mendes, 2010).

⁵³ No seu importante estudo de 2005, Catherine Le Grand-Séville e Anne Véga descrevem as dificuldades que sentiram em convencer seis famílias a narrar as suas experiências aquando dos acontecimentos de 2003 e da morte dos seus familiares. O sentimento dominante foi de culpa e de abandono. Tal ponto de vista foi inculcado por alguns políticos, e nomeadamente pelo Primeiro-Ministro, Jean-Pierre Raffarin, e pelo Presidente da República, Jacques Chirac, quando afirmaram que as famílias haviam deixado os seus idosos desamparados. Apesar de muitos políticos da oposição e alguns jornalistas do *Libération* e do *L'Humanité* se terem insurgido contra essas declarações, a verdade é que não lograram construir contra-narrativas significativas.

⁵⁴ O Instituto de Meteorologia português define ondas de calor em conformidade com o já referido protocolo da Organização Meteorológica Mundial. Ao longo das últimas décadas Portugal foi atingido por seis ondas de calor: de 7 a 17 de julho de 2006; de 15 a 23 de junho de 2005; de 30 de maio a 11 de junho de 2005; de 29 de julho a 15 de agosto de 2003; de 10 a 18 de julho de 1991, e de 10 a 20 de junho de 1981.

⁵⁵ O relatório oficial, da responsabilidade do Ministério da Saúde e do Instituto de Saúde Pública (Ministério da Saúde e Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, 2004b), aponta para uma sobremortalidade na ordem dos 1.953 óbitos.

1988; Garcia *et al.*, 1999; Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, 2002). Desde o ano de 1999 que se encontrava em vigor um dispositivo oficial de vigilância e alerta para óbitos relacionados com o calor (Nogueira, 1999). Depois da sua entrada em vigor, este índice, denominado Ícaro, é anualmente activado em 15 de maio, mantendo-se até 30 de setembro.⁵⁶ O índice é calculado diariamente, fazendo a previsão do impacto das ondas de calor para os três dias seguintes.

Este sistema de vigilância congrega quatro instituições oficiais de âmbito nacional: o Instituto de Meteorologia, o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, a Direcção Geral de Saúde, e as autoridades responsáveis pelos Bombeiros e Protecção Civil. Sempre que o índice atinge níveis de alerta, as entidades da saúde e da protecção civil emitem alertas que são transmitidos através dos meios de comunicação social e comunicados a todos os estabelecimentos de saúde do país (hospitais, centros de saúde, etc.).

Não obstante todos estes agenciamentos e dispositivos sociotécnicos — que de resto foram objecto de melhorias depois de 2003, com a aplicação de planos de contingência para o calor e com o subsequente envolvimento da totalidade dos agentes da área da saúde e da protecção civil —, a sobremortalidade devida às ondas de calor mantém-se. Assim, e por exemplo, calcula-se que durante a onda de calor de 2006 tenham ocorrido 1.123 óbitos relacionados com o calor.⁵⁷

Há dois factores que poderão explicar o relativo falhanço das instituições nacionais portuguesas em lidar com a sobremortalidade relacionada com o calor: uma estratégia de contingência que não passa por mudanças estruturais e pelo envolvimento das autoridades locais;⁵⁸ e o facto de as ondas de calor serem epifenómenos políticos que não conseguem mobilizar nem os representantes políticos, nem a opinião pública.

Ao invés do que se passou em França em 2003, em Portugal as ondas de calor e as mortes com estas relacionadas nunca foram trazidas para o tecido social. A sobremortalidade causada pelas ondas de calor nunca foi perspectivada como uma questão que acarreta consigo a responsabilidade política e moral das autoridades e do próprio governo do país. Ou seja, não se verifica a exigência de assunção de responsabilidades públicas pelo excesso de óbitos.

Para fundamentar estas afirmações, analisa-se em pormenor o impacto mediático e político da onda de calor vivida em 2003 em Portugal.⁵⁹ Tal como em França, no início de agosto todas as atenções estavam concentradas nos incêndios florestais e na onda de calor numa óptica meteorológica, com os seus possíveis impactos para o agravamento dos incêndios. Nas suas edições de 29 de julho e de 6 de agosto, porém, o *Público* trazia notícias a alertar para a onda de calor que incluíam recomendações relacionadas com a saúde e informavam da existência de uma linha telefónica de saúde pública de emergência. Nas suas edições de 14, 18 e 20 de agosto o jornal dava notícia dos acontecimentos vividos em França, mencionando o número de óbitos e a demissão de Lucien Abenhaim.

⁵⁶ A fórmula de cálculo para o índice Ícaro é: (número de óbitos previstos / número de óbitos esperados) -1. O número de óbitos previstos baseia-se num modelo matemático que tem em conta o valor da temperatura máxima. O número de óbitos esperados corresponde à média diária de mortes registadas no período de junho a setembro. O índice tem uma linha de base de 0 (número de óbitos previstos igual ao valor esperado).

⁵⁷ No ano de 2006 foi de 30% o erro por defeito da estimativa do número de óbitos a mais gerada pelo índice Ícaro. O relatório oficial aponta, como explicação, o facto de o índice incorporar apenas a temperatura máxima, quando na verdade os dias compridos com temperaturas mínimas elevadas têm um efeito devastador no que se refere a mortes relacionadas com o calor (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, 2006).

⁵⁸ O Plano de Contingência para o Calor relativo ao ano de 2007 viu aumentar a participação das autarquias e das organizações sem fins lucrativos, além de incluir ampla informação sobre locais públicos com espaços refrigerados, tais como bibliotecas, museus, centros comerciais, etc.

⁵⁹ A análise tem por base o semanário *Expresso* e o diário *Público*, dois jornais de referência e com um vasto número de leitores a nível nacional.

No dia 13 de agosto um conhecido meteorologista já aposentado, Manuel Costa Alves, publicava no *Público* um artigo de opinião intitulado “Além dos fogos, há os mortos por excesso de calor”.⁶⁰ O autor lembrava o impacto negativo das ondas de calor de 1981 e 1991, chamando a atenção para a visível catástrofe em curso no país devido às temperaturas elevadas. Esse artigo premonitório teve um efeito reduzido na cobertura jornalística das questões de saúde relacionadas com a onda de calor.

A 21 de agosto 2003, o Instituto Nacional de Saúde tornou públicas as primeiras estimativas do número de óbitos resultantes da onda de calor: um total de 1.316 mortes (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, 2003). No dia seguinte o *Público* publicou dois artigos sobre o assunto, um dos quais centrado na análise feita pelo subdirector da direcção geral de saúde, porta-voz oficial sobre o acontecimento. Nas palavras deste, o sistema da saúde pública teria funcionado bem, já que, numa onda de calor com muito maior duração do que a de 1991, se registaram menos mortes.⁶¹ Quando questionado pelo jornalista, o subdirector afirmou: “Se eu achasse que o sistema de saúde tinha falhado, tinha apresentado a demissão”. No outro artigo, o presidente da Associação dos Médicos de Saúde Pública, apesar de reconhecer que muitos estabelecimentos da área da saúde estavam mal equipados e apresentavam deficiências a nível de infra-estruturas, recorreu à mesma estratégia defensiva, atirando as culpas para os incêndios florestais, a poluição, a qualidade da água e as famílias que abandonavam os seus idosos. A estratégia de ambos os entrevistados, assente numa reacção corporativa, foi no sentido de salvaguardar o sistema de saúde e respetivo agentes.

Na sua edição de 23 de agosto o semanário *Expresso* assumia, em título, um tom mais crítico: “Prevenção do calor não chegou aos idosos”. A razão da crítica estava no facto de as autoridades de saúde pública só terem accionado o plano oficial a 4 de agosto, apesar de o alerta de calor ter sido anunciado a 29 de julho. O *Público* criticou abertamente o governo a esse mesmo propósito: “Governo demorou cinco dias a reagir à vaga de calor”.⁶²

A nível político, o líder da oposição socialista, Ferro Rodrigues, afirmou, num comício, que o ministro da Saúde, Luís Filipe Pereira, tinha de sair do seu silêncio e explicar o acréscimo de mortes relacionadas com o calor. Na conferência dos líderes parlamentares ficou decidido que o ministro deveria comparecer perante a comissão permanente no dia 3 de setembro de 2003.

Para a sua presença na comissão permanente do Parlamento, o ministro optou por uma estratégia que de imediato acendeu o debate científico e gerou controvérsia. Com base nas certidões de óbito efectivamente disponíveis naquele momento, fez diminuir de 1.316 para 545 o número de mortes estimado pelo Instituto de Saúde Pública. Justificou-se o ministro com o facto de estar a trabalhar com números reais e não com projecções e modelos matemáticos, acrescentando que, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (*International Classification of Diseases*), as certidões de óbito não referiam mais do que quatro mortes por golpe de calor.⁶³ Esta polémica declaração fez todas as manchetes do dia

⁶⁰ Após a divulgação do número de mortes a mais relativo ao ano de 2003 — um número estimado em 1.316 —, Costa Alves publicaria, na edição de 20 de setembro do semanário *Expresso*, um artigo a lembrar que esta era a pior catástrofe natural a atingir o país desde o terramoto de 1755, e a atacar o Ministro da Saúde não só por não ter actuado mas também por ter minimizado aquilo que era um problema de saúde pública.

⁶¹ O relatório oficial publicado em 2004 retoma os mesmos argumentos, sublinhando que, devido ao envelhecimento da população e à duração da onda de calor, as estimativas poderiam ter atingido números mais elevados (Ministério da Saúde e Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, 2004b).

⁶² O subdirector da Direcção-Geral de Saúde reagiria de imediato através de uma carta aberta publicada na edição de 27 de agosto do mesmo jornal, em que reafirmava o argumento do plano de ação prontamente accionado pela entidade de saúde pública.

⁶³ Na ICD-10, as enfermidades relacionadas com o calor e golpe de calor vêm classificadas sob a categoria T67 — Efeitos do calor e da luz. Este tipo de enfermidade já surge classificada na sexta edição da Classificação Internacional de Doenças, de

seguinte, com o diário *Público* a ostentar como título principal “Governo só atribui quatro mortes à onda de calor”.

Ao comparecer perante o Parlamento a propósito deste assunto o ministro assumiu a condução da discussão, prestando todas as explicações de ordem sociológica e da saúde pública. Segundo as suas palavras, as mensagens de alerta tiveram dificuldade em captar a atenção dos meios de comunicação social por causa da concorrência dos incêndios florestais. Não houve registo de reclamações por parte dos utentes do sistema da saúde e, ao contrário do sucedido em França, o enterramento das vítimas não suscitou qualquer crise. A epidemia provocada pelo calor assumiu uma “expressão silenciosa”, só se tornando pública devido à divulgação oficial das estimativas de óbitos.

Impreparados para o debate, os partidos da oposição não foram, objectivamente, capazes de contestar as afirmações do ministro.⁶⁴ Como justamente escreveu no título da sua coluna da análise São José Almeida, jornalista do *Público*, tudo se resumiu a um “debate que não existiu”.⁶⁵

A polémica em torno da padronização da morte por golpe de calor já possuía uma longa história, mostrando como as controvérsias de natureza científica se insinuam nas lutas políticas e na governação democrática. Durante a onda de calor sofrida pela cidade de Chicago em 1995, o presidente da câmara daquela cidade atacou com veemência aquele que era a principal autoridade de saúde à época, Edmund Donoghue, por exagerar no número de mortes relacionadas com o calor (Klinenberg, 2002). Em Nova Iorque assistiu-se a uma polémica semelhante aquando da onda de calor de 2006.⁶⁶

Apesar da crítica veiculada por alguns meios de comunicação, em Portugal, esta questão nunca redundou em crise política, cingindo-se a discussão às esferas da política e dos *media*.⁶⁷ Este e outros casos respeitantes à gestão do território em Portugal (Mendes, 2009) reforçaram a dinâmica interna e autocentrada do terreno da disputa política e de todo o microcosmo da política (Abélès, 2006). Em Portugal, para que uma questão consiga perturbar o ciclo perpétuo das elites políticas e mediáticas, ela tem de ser transversal às alianças políticas e de estar profundamente ancorada nos dirigentes políticos locais, como claramente mostra o caso do movimento contra a co-incineração (Nunes, Matias e Costa: 2005).

1948. É de Bowker e Star (1999, capítulos 2 a 4) a melhor análise até hoje existente da infra-estrutura subjacente à classificação ICD, bem como das controvérsias a que tem dado azo e do papel que tem tido na uniformização dos protocolos na área da saúde.

⁶⁴ O Bloco de Esquerda, partido da oposição, submeteu à Assembleia um projeto de resolução intitulado “Vítimas da onda de calor de agosto de 2003”, onde exigia um relatório completo sobre os acontecimentos e a reestruturação das instituições de vigilância e saúde pública. A iniciativa perdeu a eficácia com o termo da legislatura, em 2005.

⁶⁵ Na mesma linha, no seu editorial semanal no *Expresso*, José António Lima criticou com forte ironia o ministro e o Governo por “minimizarem” e, com isso, alterarem a realidade.

⁶⁶ Os dados avançados por Edmund Donoghue em relação à cidade de Chicago seriam posteriormente confirmados por um estudo realizado pelos Centros para Controlo e Prevenção das Doenças. Num artigo científico colectivo, Donoghue propôs um protocolo estandardizado de declaração de óbito assente em critérios rigorosos mas abrangentes (Whitman *et al.*, 1997). Em 2006 instalou-se a polémica acerca do número de mortes causadas pela onda de calor em Nova Iorque. A questão assumiria contornos políticos devido à circunstância de haver cidades muito mais pequenas que registaram um número muito maior de vítimas de ondas de calor. O presidente da câmara, Michael R. Bloomberg, atribuiria a discrepância ao grande esforço feito pela cidade no sentido de ir ao encontro dos habitantes em situação de maior risco e de os salvar. Acontece que a razão pela qual o gabinete do principal responsável pela área da saúde de Nova Iorque só atribuiu 31 mortes à onda de calor teve a ver com a aplicação estrita do protocolo em vigor para casos de golpe de calor. Pelos critérios de Chicago, os números ascenderiam às centenas (Pérez-Peña, 2006). Só se declara alguém clinicamente morto por golpe de calor se tiver morrido com uma temperatura corporal de 40,6 graus e desde que à partida esteja excluída uma série de doenças associadas.

⁶⁷ Não há uma única notícia nos jornais sobre os mortos ou as suas famílias, tal como não se fala do conceito da vítima. Uma figura simbólica como é, em Portugal, o Presidente da República nunca se pronunciou sobre o assunto. Há que recordar que, no dia 3 de setembro de 2003, o Presidente Jacques Chirac esteve presente no cemitério de Thiais (Val-de-Marne), no funeral colectivo de 57 cadáveres não reclamados.

Os óbitos resultantes das ondas de calor não vieram colocar qualquer problema aos dispositivos político-sociais que caracterizam a sociedade portuguesa. E apesar da presença de dispositivos técnicos e de alerta, é preciso mobilizar e preparar devidamente tanto as pessoas como as instituições a fim de reduzir as mortes relacionadas com o calor, o que implica uma particular coordenação dos organismos, práticas, instituições, e dos planos existentes, assim como uma noção alargada da responsabilidade e do dever públicos (Briggs e Mantini-Briggs, 2003). Como bem observa Latour (2007), “a durabilidade das associações deve-se ao modo como as leis e as técnicas se articulam”. Para se conseguir uma redução eficaz, em Portugal, do número de mortes relacionadas com o calor, impõe-se consagrar e traduzir no plano jurídico-institucional a preocupação com os idosos e com os mais vulneráveis da sociedade, bem como os correspondentes dispositivos sociotécnicos.

3. A emergência de uma nova epidemia

As mortes relacionadas com a onda de calor no Verão de 2003 na Europa tiveram resposta imediata por parte das organizações internacionais que regulam as questões de saúde a nível europeu e mundial. Numa reunião da quinquagésima terceira sessão do Comité Regional da Organização Mundial de Saúde para a Europa, realizada em Viena (setembro de 2003), uma nota distribuída aos delegados mostrava a necessidade de “identificar as intervenções economicamente rentáveis, incluindo sistemas de aviso de ondas de calor capazes de salvar vidas” (OMS, 2003). Aí eram mencionados como exemplos os casos de França e de Portugal, e feita referência ao papel determinante que o Instituto Francês para a Vigilância da Saúde Pública teve ao contactar instituições análogas da Europa e ao iniciar um trabalho de investigação internacional de grande envergadura sobre a epidemiologia das ondas de calor.

Embora na altura já houvesse disponível, sobretudo nos EUA, bibliografia científico-académica acerca do impacto das ondas de calor na saúde, o fenómeno nunca foi perspectivado em termos de epidemia. Foi graças ao impulso de investigadores e de epidemiologistas franceses que as mortes relacionadas com o calor passaram a ser classificadas pela Organização Mundial de Saúde e, nomeadamente pelo Gabinete Regional para a Europa, como epidemia (OMS, 2003:6).⁶⁸ Segundo Charles Briggs (2003: 275-284), a classificação de uma doença implica a existência de um cronótopo específico.⁶⁹ A doença é, assim, definida em termos de categorias respeitantes à pessoa, ao lugar, tempo e topografia. Trata-se de um quadro interpretativo que torna possível protocolos e políticas concretos, bem como uma articulação entre as instituições internacionais e os Estados-nação.

A classificação como epidemia das mortes relacionadas com o calor, independentemente da medicalização das respectivas causas e consequências, levou à mobilização de instituições internacionais como a Organização Mundial de Saúde e a Comissão Europeia, tendo em vista o financiamento de projetos de investigação internacionais de natureza comparativa, a definição de políticas comuns e o estabelecimento de protocolos de uniformização.

A dimensão política não deixa de estar presente, como se depreende do facto de os Estados procurarem gerir os impactos repentinos e negativos das ondas de calor mobilizando os dispositivos técnicos e comunicacionais de maneira a restaurar a confiança dos cidadãos. Vê-se isso claramente no documento produzido por ocasião do Sexto Fórum do Futuro sobre Comunicação em Situação de Crise:

“Este tema da comunicação em situação de crise prende-se com o Quinto Fórum do Futuro sobre Instrumentos de Tomada de Decisão para Resposta Rápida, realizado em Madrid em Dezembro de 2003. O Quinto Fórum do Futuro versou estudos de caso de resposta rápida, tais como as epidemias das ondas de calor ocorridas em França e Portugal no Verão de 2003. Embora esta realização se centrasse principalmente na detecção precoce de crises e na preparação para as enfrentar, detectou-se que as falhas de comunicação eram características-chave das situações de crise. A França, por exemplo, viveu um período de sobremortalidade durante a fase de calor extremo que se fez sentir em agosto de 2003. Não foi realizada qualquer conferência de imprensa, e nos grandes meios de comunicação social poucas foram as intervenções directas a prestar informação e aconselhamento de índole científica. É possível que o silêncio das autoridades tenha contribuído para alimentar os temores públicos e minar a crença de que as autoridades tinham a situação sob controlo. A crise da onda de calor

⁶⁸ Esta não é uma questão pacífica entre os epidemiologistas. Nibert Gualde (2006: 14), por exemplo, propõe uma definição restrita que passa pela existência de um agente patogénico, recusando a classificação de epidemias para depressões, enfartes do miocárdio, etc.

⁶⁹ Charles Briggs utiliza o conceito, originariamente cunhado por Mikhail Bakhtin.

deu-se não só por causa da sobremortalidade mas também devido à diminuição da confiança pública nos decisores” (WHO, 2004e: 1).

Enquanto epidemia, a onda de calor veio levantar questões de saúde pública, de vigilância, de preparação, de capacidade de resposta em situações de emergência, de comunicação política, de gestão da confiança, e de cooperação entre os Estados através das instituições internacionais. O cronótopo específico situa o começo da epidemia na Europa no ano de 2003. Embora se trate de uma epidemia sazonal, que afecta sobretudo os países desenvolvidos com uma elevada percentagem de população idosa, a articulação com preocupações relativas à ocorrência de condições meteorológicas e climáticas extremas rapidamente a transformou numa preocupação de âmbito mundial.⁷⁰ Esta tendência foi reforçada pelo relatório de 2007 do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas, segundo o qual as ondas de calor assumem um papel relevante nas projecções futuras das alterações do clima.⁷¹

Nas suas conferências do Collège de France, de 1976, Michel Foucault (1997) enumera, entre os temas relacionados com as questões biopolíticas da morbilidade, não propriamente as epidemias, mas as doenças habitualmente predominantes numa dada população, juntamente com os problemas da velhice e o tipo de acidentes cobertos por seguro (Rabinow e Rose, 2003).

Com as ondas de calor que afectaram a Europa em 2003, somos confrontados com a produção de uma nova epidemia que associa o calor aos idosos e os entrelaça no tecido social juntamente com uma miríade de instituições, de vínculos e de dispositivos que obrigam os Estados a intervir no sentido de impedir, gerir e reduzir os impactos no plano da saúde e no plano político e simbólico. A nova epidemia vai para além dos mecanismos dos seguros, funcionando como experiências que permitem o acesso privilegiado a uma certa forma de existência dos Estados (Linhardt e Bellaing, 2005: 298) e da cooperação internacional. Nós temos acesso a determinadas formas de fazer política, de definir as questões da cidadania e de conter eventuais extravasamentos e a contestação da legitimidade do próprio Estado. Os esforços da Organização Mundial de Saúde — Europa e dos seus membros no sentido de desenvolverem instrumentos de tomada de decisão para resposta rápida e estratégias de comunicação para situações de risco relacionadas com as ondas de calor são prova da consciência que os dirigentes nacionais possuem dos efeitos de desgaste causados pelas mortes de idosos.

Muitos estudos sociológicos sublinham que a confiança nos sistemas abstractos, e sobretudo nos sistemas periciais, é uma característica fundamental das instituições modernas. Igualmente crucial, em tempos de crise ou de catástrofe, é o papel da confiança nas fontes de informação (Irwin *et al.*, 1996; Jasanoff, 1994; Laird, 1994; Lantz, 2004, van Eijndhoven, 1994). À medida que a modernidade foi substituindo o conceito de *fortuna* pelo de risco, o contexto da confiança foi-se expandindo significativamente, do mesmo modo que foi aumentando o papel dos Estados na sua regulação (Luhmann, 1993). Mas como justamente sustenta Boaventura de Sousa Santos (1995), com a crescente discrepância entre a capacidade de agir e a capacidade de prever, os riscos aumentaram de uma forma drástica, em termos quer de escala, quer de frequência. Este facto levanta novos desafios à regulação do risco por

⁷⁰ A associação entre as ondas de calor vistas como epidemias e a ocorrência de fenómenos meteorológicos e climáticos extremos suscitou iniciativas conjuntas da Organização Mundial de Saúde — Europa com a Comissão Europeia, nomeadamente o projeto EuroHEAT e o projeto Alterações Climáticas e Estratégias de Adaptação para a Saúde Humana (cCASHh). Existe ainda o projeto europeu HeatWave, dirigido por Jean-Marie Robine, investigador do INSERM.

⁷¹ É interessante notar que, nos EUA, as ondas de calor começam agora a ser debatidas sob a designação de “a epidemia ignorada” (Chiang, 2007).

parte dos Estados, principalmente devido às dinâmicas transnacionais em presença e à crescente exigência dos cidadãos no que respeita à segurança e à existência de medidas e planos claros de prevenção e atenuação do risco (Lemieux e Barthe, 1998: 12).

Impõe-se, por conseguinte, estudar os regimes de regulação do risco (Hood, Rothstein, e Baldwin, 2001) e as respectivas adaptações à cooperação transnacional e à transferência de tecnologias, bem como aos dispositivos e protocolos necessários a fazer face à globalização dos riscos. A dissociação da nação e do Estado proposta por Ulrich Beck (2001) desvia as atenções dos mecanismos materiais e simbólicos que operam no terreno da política interna dos Estados e na luta política que emerge em resultado da ocorrência de acontecimentos extremos (Klinenberg, 2002), como demonstram os estudos de caso apresentados neste capítulo. E isto acontece porque o estabelecimento de um terreno político requer uma inclusão explícita, uma justificação e uma explicitação das escolhas individuais, e requer também que certos factos e certos debates se tornem perceptíveis para certos públicos específicos (Barry, 2001; Callon, Raberahisoa, 2004).

Em França, a onda de calor de 2003 conduziu a uma mudança profunda nos dispositivos sociotécnicos respeitantes à vigilância e à gestão dos impactos na saúde gerados pelas ondas de calor. Em Portugal as mudanças foram menos visíveis, ou melhor, apesar de existentes tiveram uma acção pouco eficaz. As diferenças entre os dois países têm a ver com as diferenças das respectivas culturas políticas, com os diferentes papéis desempenhados pelos meios de comunicação social e com o grau de abertura às críticas por parte das instâncias políticas. A existência de conhecimento e de dispositivos técnicos não basta se as disposições correctas não forem plasmadas em desenhos jurídico-institucionais capazes de incorporar e envolver a totalidade dos cidadãos no sistema político e numa ética da prestação de cuidados (somos todos vulneráveis) (Paperman, 2003), para além de uma ecologia do medo (Davis, 1998). Finalmente, para dismantelar os mecanismos que normalizam “as mortes a mais”, que perpetuam os insuportáveis silêncios ou que permitem a existência de cadáveres não reclamados, é de esperar que os cientistas sociais dêem o seu contributo.

Referências bibliográficas

Abenheim, Lucien (2003), *Les Canicules. La santé publique en question*. Paris: Fayard.

Abélès, Marc (2006), *Politique de la Survie*. Paris: Flammarion.

Allen, Barbara (2007), “Environmental Justice and Expert Knowledge in the Wake of a Disaster”, *Social Studies of Sciences*, 37(1), 103-110.

Barry, Andrew (2001), *Political Machines. Governing a Technological Society*. London: Athlone Press.

Barthe, Yannick (2006), *Le Pouvoir d'Indécision. La mise en politique des déchets nucléaires*. Paris: Economica.

Beck, Ulrich (2001), "The Cosmopolitan State. Towards a Realistic Utopia", *Eurozine*.

Besancenot, Jean-Pierre (2002), “Vagues de chaleur et mortalité dans les grandes agglomérations urbaines”, *Environnement, Risques et Santé*, 1(4), 229-240.

Bijker, Wiebe (2007), “American and Dutch coastal engineering: differences in risk conception and differences in technological culture”, *Social Studies of Sciences*, 37(1), 143-151.

Boltanski, Luc (2001), “The legitimacy of humanitarian actions and their media representation: the case of France”, *Ethical Perspectives*, 7(1), 3-16.

Boltanski, Luc (1999), *La Souffrance à Distance*. Paris: Métailié.

Boltanski, Luc; Claverie, Élisabeth (2007), “Du monde social en tant que scène d’un procès” in Luc Boltanski, Élisabeth Claverie, Nicolas Offenstadt, Stéphane Van Damme, *Affaires, Scandales et Grandes Causes. De Socrate à Pinochet*. Paris: Editions Stock, 395-452.

Boyer, L.; Robitail, S.; Debensason, D.; Auquier, P.; San Marco, J.-L. (2005), “Média et santé publique: l’exemple de la canicule pendant l’été 2003 en France”, *Revue d’Épidémiologie et de Santé Publique*, 53(5), 525-534.

Bowker, Geoffrey; Star, Susan Leigh (1999), *Sorting Things Out. Classification and Its Consequences*. Cambridge, MA: MIT Press.

Breard, Delphine (2004), *La Fabrique Médiatique de la Canicule d’août 2003 comme Problème Public*. Mémoire pour le Diplôme d’Etudes Approfondies de Sociologie Politique. Paris: Université de Paris I Panthéon — Sorbonne.

Briggs, Charles; Mantini-Briggs, Clara (2003), *Stories in the Time of Cholera. Racial Profiling During a Medical Nightmare*. Berkeley: University of California Press.

Calado, Rui; Nogueira, Paulo Jorge; Catarino, Judite; Paixão, Eleonora de Jesus; Botelho, Jaime; Carreira, Mário; Falcão, José Marinho (2004), “A onda de calor de agosto de 2003 e os seus efeitos sobre a mortalidade da população portuguesa”, *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 22(2), 7-20.

Callon, Michel (2006a), “What does it mean to say that economics is performative?” *CSI Working Papers Series*, 5. Paris: CSI-ENSMP.

Callon, Michel (2006b), “Les experts et la règle. L’Égypte postcoloniale comme laboratoire de la globalisation”, *Le Libellio d’AEGIS*, 2, 1-16.

Callon, Michel (2003), “Le renouveau de la question sociale: individus habilités et groupes concernés” in Philippe Moati (Org.), *Nouvelle Économie, Nouvelles Exclusions?* Paris: Éditions de L’Aube, 207-243.

Callon, Michel (1986), “Éléments pour une sociologie de la traduction. La domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc”, *L’Année Sociologique*, 36, 169-206.

Callon, Michel; Rabeharisoa, Vololona (2004), “Gino’s lesson on humanity: genetics, mutual entanglements and the sociologist’s role”, *Economy and Society*, 33(1), 1-27.

Callon, Michel; Lascousmes, Pierre; Barthe, Yannick (2001), *Agir dans un Monde Incertain. Essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil.

Chateauraynaud, François; Torny, Didier (1999), *Les Sombres Précurseurs. Sociologie pragmatique de l'alerte et du risque*. Paris: EHESS.

Chiang, Silvia (2007), "Heat waves, the «other» natural Disaster: perspectives on an often ignored epidemic", *Global Pulse, American Medical Student Association International Health Journal*, disponível em, http://www.globalpulsejournal.com/2007_chiang_silvia_heat_waves.html#Footnote%201, acedido a 28.03.2007.

Canoui-Poitrine (2006), "Surmortalité pendant la canicule d'août 2003 a Paris, France", *Revue d'Épidémiologie et de Santé Publique*, 54(2), 127.

Clarke, Lee (2005), *Worst Cases. Terror and Catastrophe in the Popular Imagination*. Chicago: University of Chicago Press.

Clarke, Lee (2004), "Panic: myth or reality?", *Contexts*, (1)3, 21-26.

Collet, Victor (2005), *Canicule 2003. Origines Sociales et Ressorts Contemporains d'une Mort Solitaire*. Paris: L'Harmattan.

Davis, Mike (1998), *Ecology of Fear. Los Angeles and the imagination of disaster*. New York: Metropolitan Books.

Declerck, Patrick (2003), *Les Naufragés. Avec les clochards de Paris*. Paris: Pocket.

Dodier, Nicolas (2003), *Leçons Politiques de l'Épidémie de Sida*. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Duneier, Mitchell (2006), "Ethnography, the ecological fallacy, and the 1995 Chicago heat wave", *American Sociological Association*, 71, 679-688.

Falcão, José Marinho (1988), "Efeitos de uma onda de calor na mortalidade da população do distrito de Lisboa", *Saúde em Números*, 3(2), 9-12.

Fernandez, Christophe; Pons, Thierry; Predali, Dominique; Soubeyrand, Jacques (2006), *On Tue les Vieux*. Paris: Fayard.

Foucault, Michel (1997), "Il faut défendre la société", *Cours au Collège de France (1976)*. Paris: Hautes Études/ Gallimard / Seuil.

Garcia, Ana Cristina; Nogueira, Paulo Jorge; Falcão, José Marinho (1999), "Onda de calor de junho de 1981 em Portugal: efeitos na mortalidade", *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 1, 67-77.

Gilbert, Claude (1992), *Le Pouvoir en Situation Extrême. Catastrophes et politique*. Paris: L'Harmattan.

Giroux, Henry (2006), *Stormy Weather. Katrina and the Politics of Disposability*. Boulder, Co.: Paradigm Publishers.

Gomart, Emile; Hennion, Antoine (1999), “A Sociology of attachment: music amateurs, drug users”, in J. Law; J. Hassard (Orgs), *Actor Network Theory and After*, Oxford: Blackwell, 220-247.

Gualde, Norbert (2006), *Comprendre les Épidémies. La coévolution des microbes et des hommes*. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond/Le Seuil.

Henke, Christopher (2007), “Situation normal? Repairing a risky ecology”, *Social Studies of Sciences*, 37(1), 135-142.

Hermitte, Marie-Angèle (1996), *Le Sang et le Droit. Essai sur la transfusion sanguine*. Paris: Éditions du Seuil.

Hilgartner, Stephen (2007), “Overflow and containment in the aftermath of disaster”, *Social Studies of Sciences*, 37(1), 153-158.

Hood, Cristopher; Rothstein, Henry; Baldwin, Robert (2001), *The Government of Risk: Understanding risk regulation regimes*. Oxford: Oxford University Press.

Iacob, Marcela (2002), *Le Crime Était Presque Sexuel et Autres Essais de Casuistique Juridique*. Paris: Flammarion.

Irwin, Alan; Dale, Alison; Smith, Denis, (1996), “Science and Hell's Kitchen: The local understanding of hazard issues”, in Alan Irwin; Brian Wynne (1996), *Misunderstanding Science? The Public Reconstruction of Science and Technology*. Cambridge: Cambridge University Press, 47-64.

Jasanoff, Sheila (2005), *Designs on Nature. Science and Democracy in Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press.

Jasanoff, Sheila (1997), “Civilization and madness: The great BSE scare of 1996”, *Public Understanding of Science*, 6, 221–32.

Jasanoff, Sheila (1994) “Introduction. Learning from disaster” in Sheila Jasanoff (Org.), *Learning from Disaster: Risk management after Bhopal*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1-21.

Jasanoff, Sheila (1994) (Org.), *Learning from Disaster: Risk Management after Bhopal*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Jasper, James (1998), *The Art of Moral Protest. Culture, Biography, and Creativity in Social Movements*. Chicago: University of Chicago Press.

Klinenberg, Eric (2002), *Heat Wave: A social autopsy of disaster in Chicago*. Chicago: University of Chicago Press.

Klinenberg, Eric (2001), “Bodies that don't matter: Death and dereliction in Chicago”, *Body & Society*, 7(2-3), 121-136.

Klinenberg, Eric (1999), “Denaturalizing disaster: A social autopsy of the 1995 Chicago heat wave”, *Theory and Society*, 28(2), 239-295.

Lagadec, Patrick (2005), “Retour d’expérience: théorie et pratique. La canicule de l’été 2003. Auscultation d’enquête”, in Patrick Lagadec; Hervé Laroche, *Retour sur les rapports d’enquête et d’expertise suite à la canicule de l’été 2003*. Cahiers du GIS Risques Collectifs et Situations de Crise, n° 4, Mai. Grenoble: Publications de la MSH-Alpes, 19-199.

Lalande, Françoise; Legrain, Sylvie; Valleron, Alain-Jacques; Meyniel, Dominique; Fourcade, Maryse (2003), *Mission d’expertise et d’évaluation du système de santé pendant la canicule 2003*. Paris : Ministère de la santé, de la famille et des personnes handicapées.

Lantz, Pierre (2004), “Prendre des risques, ce n'est pas affronter des dangers: la sociologie du risque de Luhmann”, *Social Science Information*, 43(3), 349-359.

Laird, Frank (1994), “Information and disaster prevention” in Sheila Jasanoff (Org.), *Learning from Disaster: Risk management after Bhopal*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 204-224.

Laroche, Hervé (2005), “La canicule de l’été 2003. Enquête sur les rapports d’enquête”, in Patrick Lagadec; Hervé Laroche, *Retour sur les rapports d’enquête et d’expertise suite à la canicule de l’été 2003*. Cahiers du GIS Risques Collectifs et Situations de Crise, n° 4, Mai. Grenoble: Publications de la MSH-Alpes, 203-272.

Latour, Bruno (2007), *A Plea for Earthly Sciences*. Keynote lecture for the Annual Meeting of the British Sociological Association, disponible em <http://www.bruno-latour.fr/articles/article/102-BSA-GB.pdf>, acedido a 27.04.2007.

Latour, Bruno (2005a), *Reassembling the Social. An introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.

Latour, Bruno (2005b), “From realpolitik to dingpolitik — or how to make things public” in Latour, Bruno; Weibel, Peter (2005) (Orgs.) *Making Things Public — Atmospheres of Democracy*. Cambridge, Mass: MIT Press and Karlsruhe: ZKM.

Latour, Bruno (2002), *La Fabrique du Droit. Une ethnographie du Conseil d’État*. Paris: La Découverte.

Latour, Bruno; Weibel, Peter (Orgs.) (2005), *Making Things Public - Atmospheres of Democracy*. Cambridge, Mass: MIT Press and Karlsruhe: ZKM.

Law, John (2003), “Disasters, A/symmetries and Interference”, *Centre for Science Studies*, Lancaster University, disponible em <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Disasters-Asymmetries-and-Interferences.pdf>, acedido a 12.03.2007.

Le Grand-Séville, Catherine; Véga, Anne (2005), *Pour une Mémoire de la Canicule. Professionnels du funéraire, des chambres mortuaires et familles témoignent*. Paris: Vuibert.

Lemieux, Cyril (2000), *Mauvaise Presse: Une sociologie comprehensive du travail journalistique et de ses critiques*. Paris: Éditions Métailié.

Lemieux, Cyril; Barthe, Yannick (1998), “Les risques collectifs sous le regard des sciences du politique. Nouveaux chantiers, vieilles questions”, *Politix*, 44, 7-28.

Lepenies, Wolf (2007), *Qu'est-ce q'un Intellectuel Européen? Les intellectuels et l'esprit dans l'histoire européenne*. Paris: Seuil.

Linhardt Dominique, Bellaing CMD (2005), “Légitime violence? Enquêtes sur la réalité de l'Etat démocratique”, *Revue Française de Science Politique*, 55(2), 269-298.

Luhmann, Niklas (1993), *Risk: A sociological theory*. New York: Aldine de Gruyter.

Lynch, Michael; Bogen, David (1996), *The Spectacle of History: Speech, text and memory at the Iran-contra hearings*. Durham, NC: Duke University Press.

Mendes, José Manuel (2010), “Pessoas sem voz, redes indizíveis e grupos descartáveis: os limites da Teoria do Actor-Rede”, *Análise Social*, XLV(196), 447-465.

Mendes, José Manuel (2009), “«Defeat Happens Only to Those Who Stop Fighting»: Protest and the Democratic State in Portugal”, *RCCS Annual Review*, Issue n. 0, September.

Millet, Marc (2005), “Cadres de perception et luttes d'imputation dans la gestion de crise: l'exemple de «la canicule» d'août 2003”, *Revue Française de Science Politique*, 55(4), 573-605.

Ministère de la Santé et de la Protection Sociale (2004), “Dossier de presse. État d'avancement du plan canicule”, disponible em http://www.sante.gouv.fr/htm/actu/dpcanicule_090604/dpcanicule.pdf, acedido a 11.06.2007.

Mitchell, Timothy (2002), *Rule of Experts. Egypt, Techno-politics, Modernity*. Berkeley: University of California Press.

Molinié, Magali (2006), *Soigner les Morts pour Guérir les Vivants*. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond/Seuil.

Mukerji, Chandra (2007), “Stewardship politics and the control of wild weather: Levees, seawalls, and state building in 17th-Century France”, *Social Studies of Sciences*, 37(1), 127-133.

Nérard, François Michaud (2007), *Révolution de la Mort*. Paris: Vuibert.

Nogueira, Paulo Jorge (1999), “Um sistema de vigilância e alerta de ondas de calor com efeitos na mortalidade: o índice Ícaro”, *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 1, 79-83.

Nunes, João Arriscado; Matias, Marisa; Costa, Susana (2005), “Bottom-up law and democracy in the risk society: Portuguese experiences in European context”, in Boaventura de Sousa Santos; César Rodriguez-Garavito (Orgs.), *Law and Counter-hegemonic Globalization: Towards a cosmopolitan legality*. Cambridge: Cambridge University Press, 363-383.

Paixão, Eleonora; Nogueira, Paulo Jorge (2003), “Efeitos de uma onda de calor na mortalidade”, *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 21(1), 41-54.

Paperman, Patricia (2005), “Les gens vulnérables n'ont rien d'exceptionnel” in Patricia Paperman; Sandra Laugier (Org.), *Le Souci des Autres. Éthique et politique du care*. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Raisons Pratiques, 16, 281-297.

Pérez-Peña, Richard (2006), “New York’s tally of heat deaths draws scrutiny”, *New York Times*, 18 August 2006.

Rabinow, Paul; Rose, Nikolas (2003), “Thoughts on the concept of biopower today”, disponível em http://www.molsci.org/research/publications_pdf/Rose_Rabinow_Biopower_Today.pdf, acessado a 27.03.2007.

Robine, Jean-Marie *et al.* (2008), “Death toll exceeded 70,000 in Europe during the summer of 2003”, *C. R. Biologies*, 331, 171-178.

Robine, Jean-Marie *et al.* (2007), *Report on excess mortality in Europe during summer 2003*. EU Community Action Programme for Public Health, Grant Agreement 2005114, disponível em http://ec.europa.eu/health/ph_projects/2005/action1/docs/action1_2005_a2_15_en.pdf, acessado a 10.03.2007.

Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Towards a New Common Sense. Law, science and politics in the paradigmatic transition*. New York: Routledge.

Sardon, Jean-Paul (2006), “Évolution démographique récente des pays développés”, *Population-F*, 61(3), 225-300.

Semenza, J. C.; Rubin, C. H.; Falter, K. H.; Selanikio, J. D.; Flanders, W. D.; Howe, H. L.; Wilhelm, J. L (1996), “Heat-related deaths during the July 1995 heat wave in Chicago”, *New England Journal of Medicine*, 335(2), 84-90.

Sims, Benjamin (2007a), “Things fall apart. Disaster, infrastructure, and risk”, *Social Studies of Sciences*, 37(1), 93-95.

Sims, Benjamin (2007b), “Infrastructure, order, and the New Orleans police Department’s response to Hurricane Katrina”, *Social Studies of Sciences*, 37(1), 111-118.

Sloterdijk, Peter (2006), *Le Palais de Cristal. À l'intérieur du capitalisme planétaire*. Paris: Maren Sell Éditeurs.

Tartakowsky, Pierre (2004), *Chaudes Larmes*. Paris: Éditions Eden.

Thirion, X.; Simonnet, J.; Serradimigni, F.; Dalmas, N.; Simonin, R.; Morange, S.; Sambuc, R.; San Marco, J. L. (1992), “La vague de chaleur de juillet 1983 à Marseille. Enquête sur la mortalité, essai de prévention”, *Santé Publique*, 7, 58-64.

Valleron, Alain-Jacques; Boumendil, Ariane (2004), “Épidémiologie et canicules: analyses de la vague de chaleur 2003 en France”, *Comptes Rendus Biologies*, 327, 1125–1141.

Van Eijndhoven, Josee (1994), “Disaster prevention in Europe” in Jasanoff, Sheila (Org.), *Learning from Disaster. Risk management after Bhopal*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 113-132.

Vilain, Jean-Paul; Lemieux, Cyril (1998), “La mobilisation des victimes d'accidents collectifs. Vers la notion de *groupe circonstanciel*”, *Politix*, 11(44), 135-160.

Whitman, Steven; Good, Glenn; Donoghue, Edmund R; Benbow, Nanette; Shou, Wenyuan; Mou, Shanxuan (1997), “Mortality in Chicago attributed to the July 1995 heat wave”, *American Journal of Public Health*, September, 87(9), 1515-1518.

Wetmore, Jameson, (2007), “Distributing risks and responsibilities: Flood hazard mitigation in New Orleans”, *Social Studies of Sciences*, 37(1), 119-126.

Relatórios Técnicos e Relatórios Oficiais: França

Assemblée Nationale (2005), Rapport Déposé en Application le L'article 86, Alinéa 8, du Règlement par la Commission des Affaires Culturelles, Familiales et Sociales sur la Mise en Application de la Loi N° 2004-626 du 30 Juin 2004 Relative a la Solidarité pour l'Autonomie des Personnes Agées et des Personnes Handicapées. Présenté par Denis Jacquat. Paris: Assemblée Nationale.

Assemblée Nationale (2004), *Rapport fait au nom de la commission d'enquête sur les conséquences sanitaires et sociales de la canicule*. Président: Claude Évin, Rapporteur: François d'Aubert. Tomes I e II. Paris: Assemblée Nationale.

Assemblée Nationale, Rapport d'information déposé en application de l'article 145 du règlement par la commission des affaires culturelles, familiales et sociales sur la crise sanitaire et sociale déclenchée par la canicule. Présenté par Denis Jacquat Tomos I e II. Paris: Assemblée Nationale.

Inspection Générale des Affaires Sociales (2004), *La prise en charge sociale et médico-sociale des personnes âgées face à la canicule de l'été 2003*. Rapport présenté par: Anne-Marie Léger, Didier Lacaze, Michel Laroque et Didier Noury. Paris: IGAS.

Inspection Générale des Affaires Sociales (2003a), *Continuité et permanence des soins libéraux pendant l'été 2003*. Rapport présenté par: Jean-Claude Cuenat, Christine Daniel, Roland Ollivier, Thérèse Roquel. Paris: IGAS.

Inspection Générale des Affaires Sociales (2003b), *Mission d'enquête sur les fermetures des lits en milieu hospitalier durant l'été de 2003*. Rapport présenté par: Jean-Paul Bastianelli, Maryse Fourcade, Sylvain Picarde, Liliane Salzberg. Paris: IGAS.

Institut Nationale de la Santé et de la Recherche Médicale (2004), *Surmortalité liée à la canicule d'août 2003*. Denis Hémon et Eric Jouglu. Paris: INSERM.

Institut Nationale de la Santé et de la Recherche Médicale (2003), *Estimation de la surmortalité et principales caractéristiques épidémiologiques*. Denis Hémon et Eric Jouglu. Paris: InVS.

Institut de Veille Sanitaire (2003a), Impact sanitaire de la vague de chaleur d'août 2003 en France. Bilan et perspectives — Octobre 2003. Paris: InVS.

Institut de Veille Sanitaire (2003b), Impact sanitaire de la vague de chaleur en France survenue en août 2003. Rapport d'étape. Paris: InVS.

Sénat (2004), *Rapport d'information fait au nom de la mission commune d'information «La France et les français face à la canicule: les leçons d'une crise»*. Par Valérie Létard, Hilaire Flandre et Serge Lepeltier. Paris: Sénat.

Relatórios Técnicos e Relatórios Oficiais: Portugal

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (2006), *Onda de calor de julho de 2006: efeitos na mortalidade. Estimativas preliminares para Portugal Continental*. Autores: Eleonora Paixão, Paulo Jorge Nogueira, Ana Raquel Nunes, Baltazar Nunes e José Marinho Falcão. Observatório Nacional de Saúde. Lisboa: INSDRJ.

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (2005), *Modelos para a mortalidade associada a ondas de calor: actualização do sistema de vigilância e alerta de ondas de calor português*. Autores: Paulo Nogueira e Eleonora Paixão. Observatório Nacional de Saúde. Lisboa: INSDRJ.

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (2003), *Onda de calor de agosto de 2003: repercussões sobre a saúde da população. Estimativas provisórias (até 12.08.2003)*. Autores: José Marinho Falcão, Paulo Jorge Nogueira, Maria Teresa Contreiras, Eleonora Paixão, João Brandão e Inês Batista. Observatório Nacional de Saúde. Lisboa: INSDRJ.

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (2002), *Estudo da onda de calor de julho de 1991 em Portugal: Efeitos na mortalidade. Relatório científico*. Autores: Eleonora Paixão e Paulo Jorge Nogueira. Observatório Nacional de Saúde. Lisboa: INSDRJ.

Ministério da Saúde (2004a), *Mortalidade em Portugal no Verão de 2003: influência das ondas de calor*. Direcção Geral de Saúde. Autores: Rui Calado, Jaime Botelho, Judite Catarino, Mário Carreira. Lisboa: MS/DGS.

Ministério da Saúde e Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (2004b), *Onda de calor de agosto de 2003: os seus efeitos sobre a mortalidade da população portuguesa. Relatório*. Direcção Geral de Saúde: Autores: Jaime Botelho, Judite Catarino, Mário Carreira, Rui Calado; Observatório Nacional de Saúde: Autores: Paulo Jorge Nogueira, Eleonora de Jesus Paixão, José Marinho Falcão. Lisboa: MS/DGS e INSRJ.

Relatórios técnicos e documentos de trabalho — Organização Mundial de Saúde/ Europa e Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas

Intergovernmental Panel on Climate Change (2007), *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Working Group II Contribution to the Intergovernmental Panel on Climate Change. Fourth Assessment Report. Geneva: IPCC. Disponível em <http://www.ipcc.ch/SPM13apr07.pdf>, acedido a 12.03.2007.

World Health Organization — Europe (2006), *Enhancing health security: the challenges in the WHO European Region and the health sector response*. WHO-Europe, disponível em <http://www.euro.who.int/document/RC56/edoc09rev1.pdf>, acedido a 12.03.2007.

World Health Organization — Europe (2004a), *Heat-waves: risks and responses*. Health and Global Environmental Series, nº 2. Copenhagen: WHO-Europe, disponível em <http://www.euro.who.int/document/e82629.pdf>, acedido a 12.03.2007.

World Health Organization — Europe (2004b), *Public health responses to extreme weather and climate events*. Fourth Intergovernmental Preparatory Meeting, disponível em http://www.euro.who.int/document/eehc/4thigoprepmeet_15.pdf, acessado a 12.03.2007.

World Health Organization-Europe (2004c), *Extreme weather and climate events and public health responses*. Report on a WHO Meeting Bratislava, Slovakia, disponível em <http://www.euro.who.int/document/E83004.pdf>, acessado a 12.03.2007.

World Health Organization-Europe (2004d), Fourth Ministerial Conference on Environment and Health. Final Report, disponível em <http://www.euro.who.int/document/eehc/ereport.pdf>, acessado a 12.03.2007.

World Health Organization-Europe (2004e), *Sixth Futures Forum on Crisis Communication*, disponível em <http://www.euro.who.int/document/E85056.pdf>, acessado a 12.03.2007.

World Health Organization-Europe (2003), *The health impacts of 2003 summer heat-waves*. Briefing note for the Delegations of the fifty-third session of the WHO Regional Committee for Europe, disponível em <http://www.euro.who.int/document/Gch/HEAT-WAVES%20RC3.pdf>, acessado a 12.03.2007.